



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL E URBANO**  
**MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**ANTÔNIO JOSÉ BATISTA DE AZEVÊDO**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**DE BASE LOCAL: O CASO DO PARQUE ESTADUAL**  
**DE CANUDOS**

Salvador  
2009

ANTÔNIO JOSÉ BATISTA DE AZEVÊDO

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO  
DE BASE LOCAL: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DE  
CANUDOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Análise Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura

Salvador  
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS

Azevêdo, Antônio José Batista de

Desenvolvimento regional e turismo de base local em Canudos: estudo de caso do Parque Estadual de Canudos / Antônio José Batista de Azevêdo. - 2009.

277 fs.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Curso de Mestrado Análise Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Turismo – Canudos (BA). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Parque Estadual de Canudos – Bahia I. Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.98142

# TERMO DE APROVAÇÃO

ANTÔNIO JOSÉ BATISTA DE AZEVÊDO

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DE BASE LOCAL: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para fins de obtenção Título de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador, pela seguinte banca examinadora:

**Edivaldo Machado Boaventura** \_\_\_\_\_

Professor Ph. (1981) em Administração da Educação, The Pennsylvania State University, Pennsylvania, USA.

Universidade Salvador – Unifacs

**Alcides dos Santos Caldas** \_\_\_\_\_

Professor Doutor em Geografia pela Universidad de Barcelona, Espanha  
Universidad de Barcelona

Universidade Salvador – Unifacs

**Egnaldo Barbosa Pellegrino** \_\_\_\_\_

Professor Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia

Universidade do Estado da Bahia – Uneb

Salvador, 23 de março de 2009

## DEDICATÓRIAS

Ao senhor Deus, por construir em meu coração o farol maior.

Aos meus avós maternos e paternos, pelas lembranças de vigor e de superação.

Aos meus pais, especialmente minha estimada mãe, Teodora dos Santos Azevêdo, cujo amor para comigo tem sido alimento maior em minha vida.

Aos meus filhos, pelo incessante estímulo em elevar minha capacidade de realizar e de ser exemplo para suas vidas.

À minha querida esposa, Delcina Hermelina dos Santos Azevêdo, que sempre me impulsiona para a construção de meu ideário com dedicação e amor.

## AGRADECIMENTOS

Inúmeras e especiais pessoas atuaram direta e indiretamente para que estas realizações se materializassem com as perfeições e imperfeições que a capacidade de síntese permitiu.

Ao Prof. Jairo Ramos, em memória, por ter acreditado em meu esforço, aconselhamentos e apoio decisivo em nosso crescimento na vida docente da Universidade do Estado da Bahia - Uneb.

Ao Prof. Edson Vilar de Oliveira, por ter compreendido o modelo do meu empenho, na academia e, por isso, nos ajudou de maneira franca nesta caminhada.

Ao Prof. Roberto Nunes Dantas, por ter franqueado minha participação no Projeto “A CAMINHO DOS SERTÕES DE CANUDOS”, meio importante para minhas reflexões a respeito do tema escolhido.

Ao Prof. Laerton de Andrade Lima, cuja competência docente me guiou para assumir o rumo da possibilidade concreta de realizar o sonho e o objetivo, sem que fosse preciso ferir princípios e relacionamentos.

Ao Mestre Luis Paulo Almeida Neiva, que, com espírito universitário, facilitou minha incessante busca por documentos, dados e informações que pudessem nutrir a pesquisa e seu produto.

À Prof<sup>a</sup>. Mirian Nohemi Medina Velasco, pelo seu sempre presente companheirismo e orientações, para que não fugíssemos do foco e nem perdêssemos o interesse pela conclusão desta dissertação.

Ao Doutor Sérgio Armando Diniz Guerra, pelas insistentes correções de textos, para evitar as inconsistências nas opiniões emitidas nesta dissertação, e preocupação constante com o resultado deste trabalho.

Ao historiador Manoel Antonio dos Santos Neto, pelo desprendimento em colaborar no aperfeiçoamento dos textos e cessão de referências bibliográficas.

Ao Senhor Izailton Batista Almeida, funcionário da UNEB, responsável pelo Memorial Antônio Conselheiro (MAC), que, de maneira gentil, disponibilizou os dados atualizados sobre o Parque Estadual de Canudos em tempo recorde.

Às bibliotecárias Núbia Marília dos Santos Oliveira e Nelijane Campos Menezes, que, em momentos diferentes e com paciência, souberam compreender a aflição e falta de domínio deste mestrando no trato com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), orientando e corrigindo seus lapsos.

Aos incansáveis professores do Curso de Mestrado da Universidade Salvador (UNIFACS), Alba Regina Neves Ramos, Alcides dos Santos Caldas, Carlos Alberto da Costa Gomes, Débora Nunes Sales, Edivaldo Machado Boaventura, Fernando Cardoso Pedrão, Maria da Glória Lanci da Silva, Noélio Dantaslê Spínola e Regina Celeste de Almeida Souza, que, com seus saberes, ética, dedicação, zelo e lucidez pedagógica, souberam transmitir, orientar, capacitar e impulsionar os discentes à consecução de seus objetivos, como se seus fossem e os elevando como riquezas próprias.

Aos servidores técnico-administrativos e de apoio, que diariamente nos atenderam, sempre prestimosamente, para que fossem superadas nossas aflições e demandas, bem como as condições organizativas, no cotidiano, estivessem confortáveis e diligentes, meu muito obrigado.

Aos meus queridos colegas regulares e visitantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, sobretudo Renato Wokaman da Silva Filho, do período 2007/2008, pelo entusiasmo diário, segurança, companheirismo, brincadeiras e destemperos acadêmicos, mas solidários e fraternos que nos legaram os sentimentos especiais do ser humano como amor, gratidão e beleza.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, pela oportunidade dada a todos que ingressam e concluem esta etapa de suas vidas cidadãos e de qualificação profissional.

Enfim, a todas as pessoas que entrevistei, pela confiança em prestarem seus depoimentos, a doação de seu tempo com generosidade e dedicação.

A todos, muito obrigado por possibilitarem esta experiência ímpar de minha história, bem como gratificante e de significância para o meu desenvolvimento como ser humano e profissional com a responsabilidade sociocultural da sua comunidade.

É importante mencionar, para referência futura, que o poder criativo que brota de forma tão agradável no início de um novo livro diminui depois de um certo tempo. Surgem as dúvidas [...] Daí você se torna um resignado. A determinação em não desistir e uma visão do resultado final, mais do que qualquer coisa, nos empurram para a frente.

VIRGINIA WOOLF



## RESUMO

Esta dissertação é produto de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Caracterizada como estudo de caso, realizou-se no período 2007-2008, nos municípios de Canudos e Salvador, para observar como transformar o Parque Estadual de Canudos (PEC) em produto turístico, com sustentabilidade de base local, gerar trabalho e renda para a população canudense, ao público interessado, à academia universitária e à sociedade baiana. Buscou-se compreender o que é um parque histórico-cultural e ambiental, à luz da legislação brasileira, no contexto do turismo sertanejo, como a melhor modalidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, com participação da comunidade local, na qualidade de beneficente e beneficiária das influências geradas na cadeia produtiva (socioeconômica local) pelas demandas dos fluxos turísticos. Apresentou-se um elenco de estratégias em dimensão temporal de curto, médio e longo prazos para interferir na dinâmica regional, a partir de intervenções públicas e privadas, com planejamento participativo, visando ao desenvolvimento regional sustentável da área da Guerra de Canudos. Os objetivos geral e específicos definidos foram testados e aferidos com os achados na coleta de dados e análises. Utilizou-se um referencial teórico que se mostrou valioso. Concluiu-se que é pertinente requalificar o PEC como atrativo turístico, por ser essa a tendência desses equipamentos no mundo atual, além de permitir, ou potencializar, a inserção de uma região pobre na economia internacional com sustentabilidade. Sua conclusão, porém, sugere novos desdobramentos para elucidação de várias outras questões que surgiram ao longo do trabalho e, por certo, surgirão doravante.

**Palavras-chave:** Canudos. Parque Estadual de Canudos (PEC). Sustentável. Base Local. Turismo.

## RESUMÉN

Esta disertación es producto de una investigación bibliográfica, documental y en campo, caracterizada como un estudio de caso, realizada en 2007 y 2008, en las ciudades de Canudos y Salvador para detectar cómo hacer del Parque Estadual de Canudos un sitio turístico con la sostenibilidad de base local para generar trabajo y renta a la población canudense, mientras estará disponible a los ciudadanos del Estado de Bahia. Se intentó comprender lo que es un parque histórico-cultural y ambiental, para las leyes brasileñas, dentro del contexto del turismo sertanejo como la mejor modalidad para el desarrollo de actividades de recreo con la participación de la comunidad local en la cualidad de bienhechora y beneficiaria de las influencias generadas en la cadena productiva (socioeconómica local) por las demandas de los flujos turísticos. Presentó un elenco de estrategias en dimensión temporal de corto, mediano y largo plazo para cambiar la dinámica regional, a partir de intervenciones públicas y privadas dentro de un contexto de planeamiento participativo con una mirada al desarrollo regional sostenible de los sitios de la Guerra de Canudos. Hubo objetivos general y específico, hipótesis que fueron probadas y comprendidas con los resultados encontrados en la coleta de los datos y análisis hechas a lo largo de la investigación. Un referencial teórico se ha hecho para dar soporte al direccionamiento de la conclusión de los trabajos. Al final, consideraciones generales han sido hechas sobre el objeto de la investigación, de modo que se ha llegado a la conclusión de la pertinencia en recalificar el Parque Estadual de Canudos (PEC) como atractivo turístico, una vez que, esa es la tendencia de estos equipos en el mundo actual, además de permitir o potencializar la inserción de una localidad pobre fuera del contexto del capital internacional con sostenibilidad. Todavía sin conclusión este estudio sugere nuevos desdobramientos académicos para la elucidación de otras cuestiones que surgieron a lo largo de los trabajos y seguramente surgirán en el futuro.

**Palabras llave:** Canudos. Parque Estadual de Canudos (PEC). Sostenible. Localidad. Turismo.

## ABSTRACT

This dissertation is a product of a bibliographic, documentary and at field research, characterized as study case, realized between 2007 and 2008, at the cities of Canudos and Salvador, to detect how to transform the Canudos State Park in a tourism product which can sustain itself, to make work and money for the citizens of Canudos and to be a service for the civic life of Bahia. Was tried to understand what is a historic, cultural and environmental park, following the Brazilian legislation, inside the context of sertanejo tourism as the best form for the development of touristic activities with the participation of the local community as beneficent and beneficiaries of all the things made on the production chain (socio-economic local) by the needs of tourism flows. Was presented a group of strategies at dimensions of short, medium and big times, to interfere on the regional dynamic, from public and private interventions in a context of participative planning envisioning the sustainable development of the Canudos War region. Was sought general and specifics objectives, hypothesis were tested and confronted with the results of researches and analysis made. Also was realized a theoretic referential to support the conclusion of works. At last, was made general and final considerations about the researched objects, reaching a conclusion of the pertinency in requalify the PEC (Canudos State Park) as touristic attractive, once that this is the way these equipments on the actual world, and allows or potentiate the insertion of a poor region out of the international commercial context with sustainability. This study, yet unfinished, open ways for new academic ways to elucidation of many questions that will come along the works and will be shown from now.

**Keywords:** Canudos. Canudos State Park (PEC). Sustainable. Local basis. Tourism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Bioma Caatinga do Brasil .....	52
Figura 2 – Mapa da Região do Semiárido do Brasil .....	54
Figura 3 – Mapa da Região do Semiárido do Estado da Bahia .....	56
Figura 4 – Mapa da Identidade Cultural de Regiões do Palco da Guerra de Canudos .....	67
Figura 5 – Mapa do Município de Canudos e das Estradas Regionais .....	69
Figura 6 – Mapa Geopolítico com as Áreas de Proteção Ambiental no Estado da Bahia .....	128
Figura 7 – Unidades de Conservação por Categorias e Localização Geográfica do Estado da Bahia .....	129
Figura 8 – Mapa de Municípios com Patrimônio Material Protegido e Reconhecido pelo IPHAN .....	131
Figura 9 – Entrada do Parque Estadual de Canudos, ilustrada pelo Pórtico, outubro, 2008 .....	132
Figura 10 – Mapa do Parque Estadual de Canudos. ....	134
Figura 11 – Percentuais do Fluxo Anual de Visitantes ao PEC– 2003 a 2008 .....	137
Figura 12 - Sítios Arqueológicos e Históricos do conflito da Guerra de Canudos, nos limites do Parque Estadual de Canudos.....	138
Figura 13 - Alto da Favela .....	139
Figura 14 - Foto sobre o Alto do Maia .....	140
Figura 15 - Foto da Fazenda Velha .....	141
Figura 16 - Foto do lugar onde ocorreram os fatos que concorreram para que o lugar tivesse esse topônimo de Lagoa do Sangue .....	143
Figura 17 - Foto que identifica o lugar onde fora erguida uma trincheira militar no Parque Estadual de Canudos, durante episódio da guerra .....	144
Figura 18 - Foto do Vale da Morte .....	145
Figura 19 – Foto do local onde os prisioneiros conselheiristas tinham suas gargantas cortadas por militares das tropas do governo como ato de vingança .....	146

Figura 20 - Mapa de Rotas Não-Euclidiana das legiões de combatentes de Antonio Conselheiro e da Polícia Militar do Estado da Bahia , em Maio de 1893, em Masseté/Quijingue-Bahia .....	148
Figura 21 – Mapa Síntese das Rotas Militares da Guerra de Canudos .....	150
Figura 22 – Mapa da Primeira Expedição Militar contra os adeptos de Antônio Conselheiro em Canudos, outubro de 1896 .....	152
Figura 23 – Mapa da Segunda Expedição Militar para combater os adeptos de Antônio Conselheiro em Canudos, outubro de 1896.....	153
Figura 24 - Mapa da Terceira Expedição Militar para combater os adeptos de Antônio Conselheiro em Canudos, fevereiro de 1897 .....	155
Figura 25 – Mapa da Quarta Expedição Militar com a indicação das Rotas da 1ª e a 2ª colunas, para combater os adeptos de Antonio Conselheiro em Canudos, junho de 1897 .....	156
Figura 26 - Exibe a vista panorâmica do manancial e a exuberância do Açude Cocorobó, outubro de 2008 .....	161
Figura 27 – Foto do Alto Alegre em Bendegó .....	162
Figura 28 - Foto ilustra a pacata vila dos irrigantes e artesãs da comunidade..	163
Figura 29 - Foto da Serra da Ararinha Azul, .....	164
Figura 30 – Foto do Instituto Popular Memorial de Canudos .....	165
Figura 31 - Foto da vista panorâmica do Balneário do Jorinho com pessoas em atividades de lazer e entretenimento .....	166
Figura 32 - Foto ilustra a fachada principal do Memorial Antonio Conselheiro (MAC) .....	168
Figura 33 - Foto exibe o conjunto de equipamento do Mirante do Conselheiro, erguido no morro da Onça .....	168
Figura 34 - Foto referente à vista panorâmica da Prainha .....	169
Figura 35 – Foto da Vista panorâmica da Serra do Cambaio .....	170
Figura 36 - Foto ilustra momento de descanso de caravana de vaqueiros e outros no leito do Rio Cambaio, durante a filmagem do filme Os vaqueiros.....	171

Figura 37 – Foto ilustra a fachada principal da residência do Senhor João de Régis, localidade de Umburanas município de Canudos .....	172
Figura 38 - Lápide do Coronel Antônio Moreira César “o corta cabeça .....	173
Figura 39 - Foto Panorâmica do Povoado do Rosário .....	174
Figura 40 - Foto exhibe o partido arquitetônico da nova Igreja Matriz de Santo Antonio em Canudos .....	175
Figura 41 - Foto retrata aspectos da Feira Livre de Canudos .....	176
Figura 42 – Painel assentado na Portaria do Parque Estadual de Canudos, retratando em mapa seus sítios histórico-culturais e arqueológicos, outubro de 2008 .....	181
Figura 43 - Origem dos visitantes no PEC – 2007 .....	182

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recursos e Cadeia Produtiva Básicos em Canudos .....	72
Quadro 2 – Da Classificação dos Elementos de Equipamento Turístico .....	83
Quadro 3 – Tipos de Instalações Turísticas .....	84
Quadro 4 – Características de Produtos e Serviços Turísticos .....	88
Quadro 5 – Atividades ou Ações Características da Motivação de Deslocamento ou Viagem de Turista .....	91
Quadro 6 – Classificação de Recursos Turísticos – Modelo de Silberman .....	97
Quadro 7 – Unidades de Conservação por Categoria na Região da Caatinga do Nordeste Brasileiro .....	125
Quadro 8 – Unidades de Conservação do Estado da Bahia por Categoria do SNUC .....	126
Quadro 9 – Registros do Fluxo de Visitantes no Parque Estadual de Canudos – 2003 a 2008 .....	136
Quadro 10 – Análise PFOA do Parque Estadual de Canudos .....	178
Quadro 11 – Unidades e números de leitos disponíveis para hospedagem em Canudos .....	183
Quadro 12 – Calendário de Eventos Cívicos, Culturais e Religiosos do Muni- cípio de Canudos .....	185
Quadro 13 – Origem/Destino do Parque Estadual de Canudos e localidades importantes do palco da Guerra de Canudos .....	187
Quadro 14 – Unidades de conservação integral e de uso sustentável no semiárido baiano .....	277

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
AVMM	Antônio Vicente Mendes Maciel
BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BIS	Bank for International Settlements ou Banco de Compensações Internacionais
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco do Desenvolvimento Econômico e Social
C	Abreviatura de graus <i>Celsius</i>
CE	Constituição Estadual
CEEC	Centro de Estudos Euclides da Cunha
CF	Constituição Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CFR	Council on Foreign Relations; Conselho de Relações Estrangeiras
CTI	Centro Turístico Integrado
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DCH-I	Departamento de Ciências Humanas - Campus I
DCHT - XXII	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia (Campus de Euclides da Cunha)
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOE	Diário Oficial do Estado da Bahia



DOU	Diário Oficial da União
DS	Desenvolvimento Sustentável
EE	Estação Ecológica
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FED	Federal Reserve Bank
FIT	Sul da Frente Intertropical
FLONA	Floresta Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FNE	Fundo Constitucional para o Nordeste
GTFN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HS	Hospitalidade Sertaneja
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto de Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICID	Conferência Internacional sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-áridas do Planeta
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
IPMC	Instituto Popular Memorial de Canudos
MAC	Memorial Antonio Conselheiro
MEA	Massa Equatorial Atlântica
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PARNA	Parque Nacional
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PEC	Parque Estadual de Canudos
PIVB	Programa de Irrigação do rio Vaza-Barris
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PFOA	Análise da situação Potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
REBIO	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RESEX	Reserva Extrativista
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC	Unidade de Conservação
UCI	Unidade de Conservação Integral
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIFACS	Universidade Salvador
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S/A
UUS	Unidade de Uso Sustentável
WTTC	World Travel and Tourism Council; Conselho Mundial de Viagem de Turismo.
WWF-Brasil	Fundo Mundial para Natureza; representação no Brasil.
ZT	Zona Turística.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	25
<b>1 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>30</b>
1.1 TEMA .....	30
1.2 PROBLEMA .....	31
1.2.1 Questão principal .....	32
1.2.2 Questões norteadoras .....	32
1.3 OBJETIVOS .....	33
1.3.1 Objetivo geral .....	33
1.3.2 Objetivos específicos .....	33
1.4 JUSTIFICATIVA.....	33
1.5 METODOLOGIA .....	35
1.5.1 Estudo de Caso .....	35
1.5.2 Procedimentos adotados .....	36
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	38
1.7 ASPECTOS CONCEITUAIS E INTRODUTÓRIOS .....	39
1.8 FUNDAMENTAÇÃO EM PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONVERGENTE AO DESENVOLVIMENTO ENDÓ- GENO .....	40
1.8.1 Planejamento .....	40
1.8.2 Desenvolvimento Sustentável .....	46
1.8.3 Território .....	50
<b>2 CANUDOS: CONTEXTO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E AMBIENTAL .</b>	<b>52</b>
2.1 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DO SEMIÁRIDO NO NORDESTE BRASILEIRO E NA BAHIA .....	52
2.1.1 Definição Geopolítica e Geoeconômica de Semiárido Brasileiro .....	53
2.2 ASPECTOS EDAFOCLIMÁTICOS DO SEMIÁRIDO NA CAATINGA DO NORDESTE DO ESTADO DA BAHIA .....	57
2.2.1 Vegetação .....	57
2.2.2 Aspectos Climáticos .....	59
2.2.3 Rios.....	60
2.2.4 Fauna .....	61
2.2.5 Demografia e pobreza .....	61
2.2.6 Açudes .....	62

	20
2.3 CONTEXTUALIZANDO A SAGA DO MUNICÍPIO DE CANUDOS .....	63
2.3.1 Potencialidades econômicas de Canudos .....	70
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO TURISMO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE NO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS (PEC)</b>	<b>74</b>
3.1 CONTEXTUALIZANDO TURISMO COMO ATIVIDADE SOCIOECONÔMICA .....	74
3.1.1 Sistema econômico e a natureza da atividade turismo .....	75
3.2 ASPECTOS DA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL .....	76
3.2.1 Caracterização da atividade turística .....	77
3.2.2 Visitante: Turista e excursionista .....	78
3.3 RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO TURISMO NA CADEIA PRODUTIVA REGIONAL .....	79
3.3.1 Ramos de atividades da cadeia produtiva de suporte ao turismo ....	79
3.3.2 Elementos motivadores para a atividade turística no destino .....	80
3.3.3 Classificação dos elementos de equipamentos turísticos .....	82
3.3.4 Tipos de instalações turísticas .....	83
3.3.5 Capacidade de carga dos recursos turísticos .....	84
3.4 CARACTERIZAÇÕES DO PRODUTO TURÍSTICO NA ATUALIDADE	85
3.4.1 O produto turístico e seus níveis de oferta .....	85
3.4.2 Singularidades próprias do produto turístico .....	86
3.4.3 Conceituação e perfil comportamental do turista moderno .....	87
3.4.4 O lugar turístico e os olhares do turista .....	89
3.4.5 O poder público e o turismo de base local .....	89
3.4.6 Dimensões culturais objetivas e subjetivas do produto turístico .....	90
3.4.7 Marca do Lugar, interesse e os papéis dos diversos agentes econômicos da atividade turística .....	92
3.4.8 Perspectivas de apropriação da riqueza gerada pelo turismo de base local .....	93
3.4.9 Potencial atrativo e classificação dos recursos turísticos .....	95
3.4.9.1 Componentes básicos de um produto turístico .....	96
3.4.10 Elementos condicionantes para a sustentabilidade dos recursos ....	98
3.4.10.1 Condicionantes para a oferta do produto turístico .....	100
3.4.11 Fundamentos para atuação do <i>trade</i> turístico na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável .....	101

3.4.11.1 Turismo de Base Local e o Turismo Sertanejo com Desenvolvimento Sustentável .....	102
3.4.11.2 Propósitos e suportes necessários ao desenvolvimento sustentável em ambientes de turismo de base local .....	104
3.4.11.3 Benefícios da atividade turística para o lugar .....	105
3.5 PLANEJAMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE LOCAL .....	106
3.5.1 Fundamentação do turismo de base local .....	108
3.5.1.1 Turismo e hospitalidade sertaneja na Bahia .....	109
3.5.2 Turismo Sertanejo e modalidades de maior propensão econômica na atualidade .....	112
3.5.3 Principais modalidades de turismo de natureza endógena na atualidade .....	113
3.5.4 Turismo Cultural .....	114
3.5.5 Turismo Rural ou Ecoturismo .....	117
3.6 ASPECTOS REGULATÓRIOS E CARACTERIZAÇÃO DO RECURSO TURÍSTICO NO BRASIL .....	118
<b>4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>120</b>
4.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA O IMPULSO DE TURISMO DE BASE LOCAL NO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS (PEC) .....	120
4.1.1 Princípios éticos norteadores .....	120
4.2 SUPORTE CONCEITUAL DE PARQUES NO BRASIL .....	121
4.2.1 Categorias de unidades de Conservação existentes no bioma caatinga da Região Nordeste do Brasil .....	125
4.2.2 Unidades de Conservação do Estado da Bahia por categoria do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) .....	126
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS (PEC) ....	131
4.3.1 Registro de visitantes ao Parque Estadual de Canudos (PEC) de 2002 a 2007 .....	134
4.4 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E HISTÓRICOS .....	137
4.4.1 Alto da Favela .....	139
4.4.2 Alto do Mário ou do Maia .....	140
4.4.3 Fazenda Velha .....	141
4.4.4 Hospital de Sangue .....	142
4.4.5 Lagoa do Sangue .....	142
4.4.6 Trincheiras .....	143

4.4.7 Vale da Morte .....	145
4.4.8 Vale da Degola .....	146
4.5 ROTAS NÃO-EUCLIDIANAS E EUCLIDIANAS PARA CANUDOS .....	147
4.5.1 Rotas não-euclidianas — dos conselheiristas (adeptos de Antônio Conselheiro e da Guarda Católica) – antes e durante o conflito de Canudos .....	147
4.5.2 Rotas euclidianas – dos militaristas (tropas oficiais compostas por soldados de Polícias Estaduais e do Exército Brasileiro) – antes e durante o conflito de Canudos .....	149
4.6 RECURSOS TURÍSTICOS AGREGÁVEIS AO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS (PEC) .....	160
4.6.1 Açude de Cocorobó.....	160
4.6.2 Bendegó.....	162
4.6.3 Comunidade 150.....	163
4.6.4 Serra da Ararinha-azul de <i>lear</i> ou Serra da Toca Velha .....	164
4.6.5 Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC) .....	165
4.6.6 Jorrinho .....	166
4.6.7 Memorial Antônio Conselheiro (MAC).....	167
4.6.8 Mirante do Conselheiro.....	167
4.6.9 Prainha .....	169
4.6.10 Serra do Cambaio .....	170
4.6.11 Rio do Cambaio .....	171
4.6.12 Umburanas .....	171
4.6.13 Lápide do Coronel Antônio Moreira César “o corta cabeça” .....	173
4.6.14 Povoado do Rosário .....	174
4.6.15 Nova Igreja de Santo Antônio na Cidade de Canudos .....	174
4.6.16 Feira Popular da Cidade de Canudos .....	175
4.6.17 Outros lugares.....	176
4.7 POTENCIALIDADES, FRAGILIDADES, OPORTUNIDADES E AMEA- ÇAS AO TURISMO DE BASE LOCAL NO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS .....	177
4.7.1 Recursos Humanos .....	179
4.7.2 Potencial Turístico .....	179
4.7.3 Unidades e número de leitos disponíveis para hospedagem em Canudos .....	182
4.7.4 Eventos cívicos, culturais e religiosos do município de Canudo.....	184

4.7.5 Avaliação das distâncias entre as localidades que compreendem o Parque Estadual de Canudos e Região da Guerra de Canudos.....	186
<b>5 RESULTADOS .....</b>	<b>188</b>
5.1 MEDIDAS SANEADORAS DE CARÁTER ESTRUTURANTE, POR ORDEM DE PRIORIDADES.....	188
5.2 REFERENCIAL DIAGNÓSTICO A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS.....	203
5.2.1 Da realização de entrevista dirigida aos gestores responsáveis pela administração do Parque Estadual de Canudos .....	204
5.2.2 Da realização de abordagem com aplicação de questionários aos dirigentes de estabelecimentos de Hospedagem na cidade de Canudos .....	205
5.2.3 Da realização de abordagem com aplicação de questionários aos visitantes do Parque Estadual de Canudos .....	207
<b>6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>208</b>
APÊNDICE A — Sugestões para ações de alavancagem do desenvolvimento sustentável em Canudos e entorno .....	234
APÊNDICE B — Perspectivas de alianças e redes de oportunidades para o uso sustentável do Parque Estadual de Canudos (PEC) .....	239
APÊNDICE C — Roteiro de entrevista com dirigentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculados ao Parque Estadual de Canudos (PEC).....	241
APÊNDICE D — Questionário para identificação de elementos característicos na perspectiva do visitante ao Parque Estadual de Canudos (PEC) e nos estabelecimentos de hospedagem comercial em Canudos .....	243
APÊNDICE E — Questionário para identificação de elementos característicos de hospedagem em Canudos na perspectiva do gestor do estabelecimento .....	245
APÊNDICE F — Termo de consentimento livre e esclarecido para entrevista..	248

ANEXO A - Lei nº 4.405 de 25 de fevereiro de 1985 .....	250
ANEXO B - Decreto Estadual N° 33.333, de 30 de junho de 1986 .....	252
ANEXO C - Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000 .....	253
ANEXO D - Quadro 14 - Unidades de conservação integral e de uso sustentável no semiárido baiano .....	277



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação resulta de parte das atividades realizadas no Curso de Mestrado em Análise Regional, iniciado em fevereiro de 2007 e concluído em março de 2009. Somam-se a seu conteúdo os resultados da pesquisa fundamental, desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura, na área de concentração em Processos Urbanos e Regionais com a linha de pesquisa em Desenvolvimento e Políticas Regionais.

A interpretação dos conteúdos e dados desta dissertação visa a responder à problemática levantada que, nas questões principal e norteadora, motivou a pesquisa, disponibilizando, assim, para a comunidade acadêmica e técnico-profissional um conjunto de informações e indicadores empíricos de forma sistematizada e atualizada. Procura, também, suscitar novas discussões e pesquisas sobre o tema, cujo assunto não se esgota, visto que sua abordagem é multidisciplinar, interdisciplinar e polidisciplinar, à luz do conceito elaborado por Nicolescu (1997, p.2-5).

Concebeu-se como metodologia desta pesquisa o estudo de caso único, segundo a orientação de Boaventura (2007) e Yin (2001), o que permitiu tematizar as condições de possibilidade de desenvolvimento sustentável de base local no parque objeto do estudo, lugar de extrema pobreza de seus habitantes.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo baseou-se em pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionários e entrevistas. De acordo com Gil (2006), a pesquisa documental (ou de fontes primárias) compreende a coleta de depoimentos, informações e dados colhidos junto a autoridades e órgãos oficiais e participantes ou observadores de um evento. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, refere-se a tudo que se produziu, publicou e disseminou em âmbito acadêmico.

Já a aplicação de questionários e entrevistas—que, no caso, constituiu a pesquisa empírica, ou trabalho de campo—foi feita com autoridades ligadas ao Parque e à UNEB, empresários locais e visitantes. Cumpre assinalar que, para efeito do desenvolvimento do trabalho, mostrou-se relevante apreender e compreender o perfil histórico do Parque, o que implicou o conhecimento da Guerra de Canudos [1896-97] e fatos que a antecederam até a formação político-administrativa do município em 1985. Também se realizou ampla observação de maneira sistemática e individual, planejada e controlada, em função dos propósitos da pesquisa.

Os dados e documentos utilizados são de informação dos próprios órgãos mantenedores do equipamento central da pesquisa, à exceção dos estabelecimentos de hospedagem (pensões e hotéis), UNEB, Prefeitura Municipal de Canudos, Câmara Municipal de Canudos, Agerba e aqueles ligados aos índices de desenvolvimento do município de Canudos, cuja fonte principal foi a SEI/Seplantec (2004).

Por causa das limitações científicas inerentes a um trabalho desta natureza, estabeleceram-se critérios tais como relevância, significação, coerência, atualidade, objetividade e consistência. O pesquisador, além de cioso dos fundamentos técnico-legais pertinentes a esta investigação, sempre esteve atento aos aspectos éticos que a determinaram, a saber: a preservação da identidade dos participantes com garantia de anonimato, não só do material escrito, como também dos relatos verbais, a fim de que houvesse confiabilidade na relação estabelecida e fidedignidade das informações prestadas, ainda que estas viessem a se mostrar discrepantes ou divergentes dos resultados da pesquisa. A observância destes princípios possibilitou o atendimento dos condicionantes que nortearam todo o tempo a busca de respostas à pergunta básica que se formulou no problema da pesquisa: De que maneira o Parque Estadual de Canudos poderá se tornar um fator de desenvolvimento regional de base local com sustentabilidade?

Já o objetivo principal deste trabalho consistiu em avaliar como o PEC, sendo requalificado e adaptado para fins econômicos, pode converter-se em equipamento de atração turística em escalas seletiva e econômica, para constituir-se num fator de desenvolvimento regional.

Com o delineamento desse escopo científico, mostrou-se necessário, para nortear o trabalho, formular outras questões, a saber: Como desenvolver o turismo de bases comunitárias em Canudos, sem suporte técnico ao visitante? Como, efetivamente, obter a ampliação funcional do Parque, na condição de equipamento de uso turístico para trazer benefícios econômicos, humanos ou sociais? Em que dimensão temporal e em qual porção da sociedade canudense isso seria possível? Quais são as atividades e ações de políticas públicas em educação que deveriam ser realizadas no âmbito do PEC, para dinamizar seu papel como agente básico de crescimento e desenvolvimento local e regional? Qual o público-alvo que o PEC deve atender em sua nova dimensão funcional como vetor de desenvolvimento? Quais estratégias de marketing devem ser desencadeadas para ampliar o tempo de permanência do visitante do Parque Estadual de Canudos? Quais os Índices de Desenvolvimento Humano, Econômico e Social e a periodicidade que devem ser medidos em Canudos, após o realinhamento

do Parque Estadual de Canudos (PEC) como instrumento de crescimento socioeconômico do município? De que maneira a administração do PEC potencializaria a permanência de turistas em Canudos para *consumir* a hospitalidade local, o folclore, os costumes, as festas, a música, a arquitetura, a gastronomia, os saberes e as peculiaridades do lugar?

A história de nosso envolvimento, como cidadão comum, profissional e acadêmico, com tais questionamentos e com a região teve início em 1987. O engajamento e o ingresso, na condição de docente, no projeto “A Caminho dos Sertões de Canudos”, do Departamento de Ciências Humanas — Campus I da Universidade do Estado da Bahia —, demonstrou nossa inexperiência como pesquisador. Posteriormente, as Atividades-Piloto e Oficinas Diagnósticas convenceram-nos da necessidade de investir mais em nossa formação acadêmica. Daí a decisão, amadurecida, de cursar o Mestrado em Análise Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, em 2007, com o propósito de estudar a comunidade de Canudos.

Durante o período de 2007 a 2008, em que a pesquisa se realizou, notou-se o redirecionamento da atenção de setores governamentais da esfera estadual, com o advento de um novo Executivo, para a região do Semiárido baiano, especialmente da porção nordeste do Estado. Havia, desde aquele tempo, como hoje, clamores insistentes relativos aos crônicos problemas da região de Canudos e seu entorno, e, de igual modo, alertas contra o agravamento dos indicadores sociais, assim como o alargamento do desemprego com a progressiva desativação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Todo este cenário supracitado motivou-nos a explorar o tema com mais profundidade. Para tanto, buscamos delinear a construção de soluções tendo como lógica o turismo de base local com sustentabilidade para o desencadeamento do desenvolvimento local e regional, a partir dos recursos naturais, históricos e econômicos existentes em Canudos, como os do Parque Estadual de Canudos. Os parques dessa natureza representam o grau de responsabilidade social e ambiental de uma comunidade e de seus governos.

Cumprе salientar que essas soluções devem preservar e conservar os valores da sociedade local diante da fragilidade socioeconômica em que se encontra o capital social de Canudos, tendo em vista o fenômeno de inclusão e exclusão das economias periféricas na chamada era global da economia capitalista.

Numa sociedade assim, cada vez mais dinâmica e com escassez de capital próprio para investir, torna-se crescente a necessidade de olhar, de forma precisa, para seus próprios recursos ambientais, históricos e culturais como possibilidade de alavancar seu desenvolvimento com sustentabilidade, capacidade de apropriação dos recursos pela população local e redução da dependência do capital externo.

O turismo cultural e a vertente do ecoturismo, de maneira isolada ou combinada, podem vir a ser uma alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, como preconizam alguns estudiosos. Esta atividade terciária tem apresentado resultados auspiciosos para comunidades com o perfil de Canudos, ou seja, um ambiente com imenso e rico acervo histórico-cultural e ambiental que necessita ser explorado convenientemente.

O segmento turismo vem se apresentando, e de modo expressivo, como uma nova indústria do século XXI, e sem “chaminé”, posto que seu insumo principal é seu próprio *locus*, incluindo sua cultura e sua gente. Entretanto, é um segmento no qual se evidenciam efeitos positivos e negativos em sua dinâmica, mesmo considerando sua ampla capacidade de estímulo na cadeia produtiva de bens e serviços, tanto nas comunidades de origem quanto nas de destino dos turistas.

O turista, hoje, é perspicaz e customizador de seu entretenimento e lazer, participa e gosta de interagir na feitura do produto turístico que compra. Seu nível de exigência é grande e globalizador, porque sob o amparo de legislações locais e internacionais. Não por outro motivo, o turismo seletivo envolve comunidades próximas e remotas dos centros urbanos. Neste sentido, Canudos não está ausente desse poder catalisador que o turismo apresenta. É fato que o potencial de público arregimentado pelo turismo, local e mundialmente, tem sido atestado anualmente pelas agências governamentais e particulares responsáveis por esse setor da economia — no caso, a da Bahia e a do país.

Entretanto, introduzir o turismo como atividade de base local para surtir os efeitos desejados, só seria possível com a superação de problemas de infraestrutura, formação de capital humano, conscientização das comunidades envolvidas, envolvimento das organizações não-governamentais e o estabelecimento e aplicação de políticas públicas universais e democráticas voltadas para o fomento dessa atividade.

Assim, a disponibilização para acesso de público consumidor exigirá, e criteriosamente, como deve ser, a execução de planos de manejo, elaborados a partir

do controle social e público sobre seus recursos históricos, culturais e ambientais. Isto, porque os parques não se constituem, por si só, em um produto capaz de garantir um público regular o ano todo, remunerando o suficiente e o necessário aos agentes econômicos públicos e privados e não-governamentais partícipes da cadeia produtiva do setor.

A preocupação com a carga de frequentadores de sítios assim—em que são decisivos o consumo, a oferta de serviços e de infraestrutura condizentes para atender à demanda—pressupõe a existência de uma gestão participativa para a qual todos da sociedade local possam contribuir direta ou indiretamente visando ao êxito da cadeia produtiva que dá sustentação à atividade.

# 1 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça, tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar, ia rezar. De tudo se tratava, porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino. (MACEDO, 1983, p. 67).

## 1.1 TEMA

O desenvolvimento humano, social e econômico local do município de Canudos, como se depreende a partir de Fonseca (2005, p.59), é um processo que depende de tratamentos adequados aos vários fatores qualitativos e quantitativos, com demandas independentes e dependentes. O Parque Estadual de Canudos (PEC) é um desses fatores, pois como assinala Boaventura (1997, p.24), “ao lado da investigação histórica, portanto, cultural, há outras indagações ditadas pela natureza. Variáveis culturais e ecológicas militam a favor do Parque de Canudos”.

Com efeito, estudar a importância do PEC, no contexto do desenvolvimento, considerando a complexidade de sua história e de seu ecossistema, leva o investigador a buscar respostas cada vez mais consistentes para a questão básica de seu projeto como para aquelas subsidiárias.

Nessa perspectiva, espera-se colaborar para que a comunidade e gestores públicos e privados reflitam sobre a potencialidade do PEC como instrumento de desenvolvimento regional com base local, mediante o turismo sertanejo, gerando ocupação e renda, utilizando mão-de-obra local com investimentos feitos a partir da expectativa de inclusão social.

A possibilidade de requalificação do Parque Estadual de Canudos demanda estudos e participação de vários agentes interessados no desenvolvimento local de forma imprescindível, tais como: universidades, o poder público local, estadual e federal, as organizações privadas, lideranças comunitárias, a comunidade em geral e as organizações não-governamentais (ONGs).

Nessa mesma linha, estaria a propensão de investimento em turismo, o qual, segundo ficou evidenciado na literatura pesquisada, depende de estudo e planejamento, respeitando-se a realidade cultural, histórica e ambiental do lugar, para que os benefícios possam ser desfrutados por usuários e proprietários de maneira contínua, permanente e de forma satisfatória.

## 1.2 PROBLEMA

Para tornar o Parque Estadual de Canudos capaz de se constituir em atrativo turístico de grande apelo é preciso que seja revitalizado, requalificado e adaptado em seu modelo de gestão, considerando que suas condições atuais são insuficientes para disponibilizar o grau de conforto requerido pelo visitante na condição de turista.

Considerando os parâmetros atuais de oferta de um produto turístico aceitável nacionalmente, torna-se crucial investigar como isso é possível e em que dimensão.

É, fato que, no momento, quando as condições físicas e legais do PEC se encontram em estado precário, suas instalações estejam sendo utilizadas para o turismo receptivo. Há, sem monitoramento de qualquer espécie, a permissão de moradia de dezenas de pessoas em seu território, sem os cuidados necessários de um manejo para a preservação do ecossistema local, segurança pessoal e patrimonial. Tais situações impossibilitariam seu uso regular e pleno, dentro de uma proposta de integração em circuito turístico sustentável de base local, além da ausência de salubridade nas instalações em ambientes fechados ou semi-abertos do Parque.

Entretanto, sabe-se que o uso das instalações do PEC por visitantes, com a pesquisa e atividades de extensão, poderia ser ampliado para o turismo, desde que o desenvolvimento desse serviço seja compatível com o padrão de qualidade aceitável e o equipamento passe por transformação, a ponto de torná-lo um atrativo turístico na vida do canudense, com condições estruturais adequadas a esses propósitos.

Uma questão principal e outras norteadoras foram levantadas, e várias discussões foram feitas quanto à pertinência de se implementar Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável em áreas de baixo desenvolvimento. Nesse contexto, o questionamento a respeito da possibilidade de melhoria do Índice de Desenvolvimento Econômico, Social e Humano do município de Canudos, em sentido geral, assim como a potencialização de seus recursos turísticos e naturais em caráter de sustentabilidade com responsabilidade social, tendo como marco a revitalização do PEC, na condição de atrativo turístico, foi recorrente, principalmente quanto ao tempo para se verificar o tamanho do incremento obtido e a dimensão temporal da grandeza alcançada.

Dentre as linhas de desenvolvimento estudadas, mostrou-se mais apropriada a que postula a teoria do desenvolvimento endógeno para Canudos, se o PEC for requalificado pelo poder público, de forma sistemática e intensiva, com o apoio de suas comunidades para o atendimento de turismo seletivo de seu acervo histórico, cultural e ambiental.

À luz dessas considerações preliminares, formula-se a questão principal desta dissertação, a seguir apresentada.

### **1.2.1 Questão principal**

Como o Parque Estadual de Canudos poderá tornar-se um fator de desenvolvimento regional de base local com sustentabilidade?

### **1.2.2 Questões norteadoras**

O desenvolvimento no sertão nordestino, tendo como base os recursos locais, foi concebido para realizar-se em condições adequadas ao contexto geográfico, histórico-cultural local e regional, alinhadas em suporte à resposta da pergunta básica do problema desta dissertação. Da pergunta principal indaga-se:

Como desenvolver o turismo de bases comunitárias em Canudos, sem suporte técnico ao visitante?

Como, efetivamente, obter a ampliação funcional do Parque, na condição de equipamento de uso turístico, para trazer benefícios, nos aspectos de natureza econômica, humana ou social, em que dimensão temporal e em qual porção da sociedade canudense isso seria possível?

Quais são as atividades e ações de políticas públicas em educação que deveriam ser realizadas no âmbito do PEC, para dinamizar seu papel como agente básico de crescimento e desenvolvimento local e regional?

Qual o público-alvo que o PEC deve atender em sua nova dimensão funcional como vetor de desenvolvimento?

Quais estratégias de marketing devem ser desencadeadas para ampliar o tempo de permanência do visitante do Parque Estadual de Canudos?

Quais os Índices de Desenvolvimento Humano, Econômico e Social e a periodicidade que devem ser medidos em Canudos, após o realinhamento do PEC como instrumento de crescimento socioeconômico do município?

De que maneira a administração do PEC potencializaria a permanência de turistas em Canudos no que concerne à hospitalidade local, ao folclore, aos costumes, festas, música, arquitetura, gastronomia, saberes e peculiaridades do lugar?



## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo geral

Avaliar como o PEC, sendo requalificado e adaptado para fins econômicos, pode converter-se em equipamento de atração turística em escalas seletiva e econômica, para se constituir num fator de desenvolvimento regional.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar as etapas necessárias de um plano de integração e socialização para ajustar os munícipes de Canudos ao cotidiano socioeconômico do PEC com fins de receptivo turístico.
- Identificar os pontos fortes e fracos atuais do PEC para se tornar um equipamento de atração turística.
- Analisar o problema em seus aspectos estruturais em relação à demanda e oferta por serviços de natureza turística agregáveis à atividade de recepção turística no PEC.
- Apresentar propostas de modelo de diretrizes ou de intervenções mais adequadas ao contexto histórico-cultural e ambiental do Parque Estadual de Canudos.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica pela importância acadêmica, econômica e social de seu conteúdo. Teve importância significativa nossa experiência docente, a partir de 2005, no Departamento de Ciências Humanas – Campus I (DCH – I) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para que conhecêssemos a realidade *in loco* de Canudos e entorno, o que se tornou possível ao participar como professor-pesquisador e membro da Coordenação Geral do projeto A Caminho dos Sertões de Canudos<sup>1</sup> (CSC), que compôs o Plano Operativo Anual (POA) do DCH-I/UNEB, de 2007.

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa fundamental e aplicada, com sede nas dependências do Colegiado da Graduação de Turismo e Hotelaria do DCH – Campus I foi aprovado institucionalmente em 17 de maio de 2006, no Conselho do Departamento de Ciências Humanas – Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) — Salvador – e em 26 de maio, pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão — NUPE, desse Departamento, contando com a participação de professores e estudantes pesquisadores, inicialmente dos Colegiados de Turismo e Hotelaria e Comunicação Social/Relações Públicas, além da parceria do CEEC, órgão suplementar da Reitoria da UNEB.

O impacto que nos causou a leitura do ensaio *Os sertões*<sup>2</sup> (1902), de Euclides da Cunha, e do romance *A guerra do fim do mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa, com reflexões que nos suscitaram em esses livros, eis o que também muito significou para nós quando decidimos pelo tema em questão.

Cumpramos igualmente sublinhar o fato de que, desde 1986, a Universidade do Estado da Bahia tem presença firme no município de Canudos, especialmente através de dois equipamentos, um dos quais é o Parque Estadual de Canudos, criado em 30 de junho do mesmo ano, como descrito no livro homônimo de Edivaldo Machado Boaventura (1997), que, quando secretário da Educação do Estado, o instituiu por causa da relevância histórica do sítio. O outro equipamento da UNEB na região é o Memorial Antônio Conselheiro (MAC), cuja criação pode ser creditada a Renato Ferraz. Trata-se de um núcleo que reúne objetos e documentos que muito interessam à história contemporânea da Bahia e do Brasil, nesta parte do sertão baiano.

O MAC foi cedido à UNEB, em 1998, pela Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS<sup>3</sup>); esses instrumentos exercem papéis impulsionadores na educação e na economia em favor do desenvolvimento local e regional de maneira sustentável, como preconiza a *Agenda 21*.

Os conjuntos de atividades que o incremento de usuários do PEC vai requerer, assim como o próprio equipamento como instituição, demandarão, em seu cotidiano, geração de fontes de trabalho, ocupação e renda. Dessa maneira, pode-se perceber o impacto técnico, social e econômico que a habilitação do Parque, como atração turística, trará para a sociedade local. Além de torná-lo efetivamente um instrumento importante na melhoria das condições de vida, também poderá significar para o Parque sua posição de destaque na construção da cidadania canudense.

Cabe ainda referir que a existência do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), pertencente à UNEB, em cujo acervo encontram-se cerca de 33.000 obras e documentos, coleções de gravuras e quadros que já se prestaram a concorridas

---

2 Trata-se de livro dividido em três partes — “A terra”, “O homem” e “A luta”, sendo esta a da campanha de Canudos, que Euclides da Cunha cobriu como enviado do jornal *O Estado de S. Paulo*, para mostrar o que foi a guerra travada em 1896-97 entre as forças do governo e os adeptos de Antônio Conselheiro.

3 Urbis. Sigla que identifica a Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A, do Estado da Bahia, atualmente vinculada à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. (Conder), empresa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur).

excursões itinerantes no Brasil e no mundo, divulgando fatos da trágica guerra, além de ampla publicação. O CEEC é sediado em Salvador e vem realizando estudos, pesquisas e eventos pertinentes a Canudos. Por outro lado, constitui aporte substancial de tudo que se refere a Canudos e à guerra fratricida que lá se travou a existência de farta bibliografia, material iconográfico e filmográfico em museus e bibliotecas particulares.

Tendo em vista todas essas considerações, sopesando-as e avaliando-as, pareceu-nos não só oportuno e exequível conceber a proposta do presente estudo, mas justificá-la, como o fazemos, para sua realização neste curso de mestrado.

## 1.5 METODOLOGIA

### 1.5.1 Estudo de caso

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado, como método, o estudo de caso cuja abordagem é qualitativa. Este método, na concepção de Robert Yin (2001), é mais bem aplicado para examinar acontecimentos contemporâneos. Seguindo Gil (2006) e Boaventura (2007), consideramos que os procedimentos delineados para a presente pesquisa se enquadram no modelo de estudo de caso único.

O estudo de caso tem como característica o fato de não necessitar de uma única técnica para coleta de dados e também por possuir em sua natureza uma abordagem preponderantemente qualitativa, pois busca responder aos problemas de pesquisa com questões notadamente do tipo: *como?* e *por quê?*

Segundo Bell (1989, apud DIAS, 2000, p.154),

o estudo de caso é preponderantemente apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado.

A autora observa ainda que, embora os métodos de coleta de dados mais comuns em um estudo de caso sejam a observação e as entrevistas, nenhum método pode ser descartado. Os métodos de coleta de informações são escolhidos de acordo com a tarefa a ser cumprida. Citando Fidel (1989 apud DIAS, 2000, p.155), Bell assim resume seu entendimento sobre o estudo de caso:

[...] é um método específico de pesquisa de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem sem qualquer interferência significativa do investigador. Seu objetivo é compreender o evento em estudo e, ao mesmo tempo, desenvolver teorias mais genéricas a respeito dos aspectos característicos do fenômeno observado.

### 1.5.2 Procedimentos adotados

Nesta pesquisa utilizaram-se dados primários e secundários. Todos os dados, informações e observações de material foram colhidos por este pesquisador a partir de maio de 2007 até o início de 2009. Visitas técnicas específicas tiveram a participação de equipes de pesquisadores do projeto “A Caminho dos Sertões de Canudos”<sup>4</sup> de forma sistemática, pois ambos tiveram como objeto de estudo o parque. Fez-se ainda consultas aos relatórios e participação em oficinas diagnósticas para a análise das condições e situações atuais do Parque Estadual de Canudos, juntamente com membros do citado Projeto, foram também imprescindíveis.

Não se delimitou o tamanho da amostra, tendo em vista a natureza e o contexto do equipamento, que é fixo, por ser qualitativa a abordagem feita.

A busca de respostas para a questão principal deste trabalho foi obtida através da observação direta e indireta, estudos e análises do Parque Estadual de Canudos, de documentos e referências bibliográficas ou não, com o deslocamento do pesquisador para o local da pesquisa. Nesses momentos deu-se a coleta de dados *in loco* para análise do tema visando a seu aprofundamento.

Foram feitas cinco visitas técnicas, sendo três no ano de 2007 e duas no ano de 2008.

Na observação são aplicados atentamente os sentidos a um objeto, a fim de que se possa, a partir dele, adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação deve ser exata, completa, imparcial, sucessiva e metódica, pois constitui-se um procedimento investigativo de extrema importância na ciência. (PRESTES, 2005, p.30).

Contou-se com a colaboração de várias pessoas do lugar e das instituições visitadas em Canudos e em Salvador, a exemplo do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia (DCHT – XXII da UNEB), município de Euclides da Cunha, o Memorial Antônio Conselheiro (MAC), município de Canudos, e no Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), município de Salvador, que são repositórios de inúmeras informações a respeito do PEC.

---

4 Foram pesquisadores deste Projeto, no período de 2007/2008: Alfredo da Matta (UNEB), Antonio José Batista de Azevedo (UNEB), Carlos Alex de Cantuária Cypriano (CEFET/ UNEB), Francisca Paula da Silva (UNEB), Lirandina Gomes Sobrinho (UNEB), Roberto Nunes Dantas (UNEB), Sergio Armando Diniz Guerra (UNEB), Thirso Maltez (CEFET – Salvador), além de estudantes-pesquisadores de graduação e pós-graduação.

Os indicadores empíricos foram organizados em tabelas e em gráficos, de forma a evidenciar a confirmação ou negação das questões levantadas. Os dados qualitativos estão retratados sob a forma de relatórios, com análises, a partir das constatações da pesquisa, confrontadas com as questões lançadas.

Para a obtenção de dados primários foram elaborados e estruturados três modelos de questionários (Apêndices C, D e E), compostos de perguntas, cujas respostas podem ser abertas e fechadas, além de um termo de consentimento (Apêndice F), no sentido de adquirir informações que permitissem a verificação do quanto os moradores do lugar, usuários formais e informais, compreendem o papel do Parque, de acordo com seus objetivos institucionais. O modelo "E" é direcionado para ser aplicado diretamente com os gestores ou proprietários dos estabelecimentos de unidades de hospedagem em Canudos, a fim de se identificar a relação do cliente com o Parque, e vice-versa, e suas implicações.

O modelo "D" está construído para levantar dados que possam explicar a visão de personalidades e residentes do município de Canudos sobre o entendimento que têm acerca do PEC e suas perspectivas para esse equipamento como instrumento de desenvolvimento socioeconômico através do turismo de base local.

Também foi construído um modelo do termo de consentimento (Apêndice F), para resguardar interesses e direitos dos interlocutores na aplicação do questionário e nas entrevistas. Após a aplicação dos questionários e das entrevistas, os dados foram analisados cuidadosamente, resultando em textos conclusivos e sistematizados.

O roteiro das entrevistas (Apêndice C) compõe-se de perguntas cujas informações fornecidas pudessem permitir a verificação da qualidade dos recursos disponibilizados para o público visitante ou usuário do Parque, de acordo com os objetivos da pesquisa. O roteiro da entrevista foi destinado aos dirigentes da UNEB, ligados diretamente ao Parque Estadual de Canudos.

Os dados indiretos foram colhidos através de minucioso estudo de fontes secundárias, o que exigiu, consultas a livros, artigos de periódicos, folhetos, cordéis e *sites* institucionais e especializados. Fez-se também fichamento dos textos selecionados para o estudo acerca do problema proposto.

No levantamento de textos bibliográficos ou não, observou-se o ensinamento de Prestes (2005, p.29): "Deve-se atentar na leitura para questões consideradas

importantes para o desenvolvimento da pesquisa [...] e fazer observações ou outros tipos de destaques no próprio material”.

Por ser a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, procedeu-se à realização de registros, observações, análises, classificação e interpretação de fatos, sem a interferência ou manipulação por parte do pesquisador ao estudar os fenômenos do mundo físico e do humano.

A pesquisa foi estruturada a partir da identificação das principais abordagens sobre o Parque, que se ajusta com objetivos e propósitos deste estudo. Desenvolveu-se, tendo como local central de suas ações metodológicas os municípios de Canudos e Salvador, nos quais foram colhidos os dados primários e secundários — objetivos e subjetivos —, através de pessoas nativas e/ou canudófilas<sup>5</sup>, de órgãos privados e públicos, federais, estaduais e municipais.

## 1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação subdivide-se em seis partes, além das pós-textuais como Referências, Anexos e Apêndices, as quais contêm obras citadas e consultadas, textos e documentos opcionais, no sentido de reforçar argumentações e um conjunto de textos e extratos de documentos para fundamentar e ilustrar o estudo.

A primeira parte aborda o tema, os objetivos e a justificativa que nortearam o móvel da pesquisa culminando com a realização desta dissertação. Faz-se vasta discussão, à luz do escopo teórico e metodológico no momento da análise e avaliação dos dados, dos achados e das conclusões inferidas, em relação aos objetivos e questionamentos da pesquisa.

Na segunda parte — Revisão de Literatura — são referidos os diversos discursos conceituais sobre parques, turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável para se posicionar em uma linha filosófica que pudesse nortear o juízo de valor exposto na dissertação. Trata-se da fundamentação teórica do estudo, convergindo sempre para os princípios de sustentabilidade, comunitarismo, cidadania, de acordo com as ciências sociais aplicadas, que privilegiam a participação das comunidades, tendo em vista o beneficiário e o beneficente em sociedade plural e de princípios democráticos. Ainda neste capítulo, fez-se menção à metodologia e ao referencial

---

5 Pessoas, segundo o historiador Sérgio Armando Diniz Guerra (2002), que praticam a canudofilia, espontaneamente, no seu cotidiano, isto é, o gosto pela história e cultura de Canudos.

utilizado como suporte. Traça-se o norte metodológico, que serviu de escopo para referendar a coleta de dados, tratamento, análise e avaliação dos mesmos, no sentido de atender aos objetivos, questões norteadoras, achados e opiniões esposadas neste trabalho de pesquisa, no tempo estimado.

Na terceira parte, aborda-se o turismo como perspectiva de sustentabilidade preservacionista e econômica para o Parque Estadual de Canudos, a partir de considerações teóricas sobre o turismo sertanejo que privilegiam: o ser humano, a interação social, a natureza, a herança e tradição local ou regional.

Na quarta, trata-se da discussão do problema à luz do embasamento referenciado e dos dados levantados, depois de apurados e tratados de acordo com a proposta do estudo, no sentido de apresentar resultados de forma coerente com os propósitos da pesquisa.

Na quinta parte apresenta-se um rol de resultados, a partir de observações e estudos realizados, com base na análise efetuada, no referencial teórico, problema, objetivos e metodologia aplicada nesta pesquisa.

E na sexta parte apresentam-se as considerações conclusivas, quando se esboçam possibilidades de intervenção em dimensões temporais e técnicas por esferas de responsabilidade pública e privada.

Na construção dos elementos pós-textuais concentra-se o elenco de referências, bibliográficas ou não, utilizadas como suporte teórico-prático para fundamentar os objetivos, metodologia e caminhos apresentados como resultados da pesquisa.

## **1.7 ASPECTOS CONCEITUAIS E INTRODUTÓRIOS**

O referencial teórico usado para dar conta do problema focalizado nesta dissertação fundamenta-se nos princípios de comunitarismo, cidadania e respeito ao meio ambiente, de acordo com Nunes (2002). Cuidou-se de encontrar um alinhamento na literatura disponível que possibilitou o entendimento desses princípios e permitir uma compreensão do desenvolvimento sustentável, a partir da participação comunitária, o que pressupõe responsabilidade social e ambiental.

Sua composição implicou a busca de um alinhamento conceitual-teórico, a partir do uso da Constituição Federal do Brasil e da Constituição do Estado da Bahia, além de textos correlatos sobre o meio ambiente e outros pertinentes a todos os aspectos que consubstanciam o estudo.

## 1.8 FUNDAMENTAÇÃO EM PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONVERGENTE AO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nesta seção são feitas algumas considerações sobre os conceitos de planejamento participativo, desenvolvimento, turismo sustentável e de base local para permitir a compreensão do modo como se concebeu e se definiu seu objeto.

### 1.8.1 Planejamento

Em toda atividade da vida humana em sociedade, diante da necessidade de se racionalizar o uso dos recursos patrimoniais escassos, o planejamento é uma ferramenta por excelência, necessária para prever a oferta e o consumo do território para o turismo e pelo turista, principalmente na modalidade participativa. Com objetivos sociais e econômicos desejados, em dado tempo, serve para promover a integração dos patrimônios naturais e culturais, a articulação dos agentes dos diversos níveis da administração pública inter e intrainstâncias administrativas, bem como com os outros setores da sociedade, mediante requisitos fundamentais da qualidade de vida. A esse respeito, assinala Rose (2002, p.25):

A falta de planejamento adequado na utilização dos recursos naturais de uma destinação turística poderá acarretar, a médio prazo, o esgotamento destes recursos, que, na maioria dos casos, são irrecuperáveis, inviabilizando a comercialização e, conseqüentemente, acarretando o abandono do local por parte da demanda.

O planejamento nessa condição pode ainda fazer parte de outros instrumentos similares do território municipal, a exemplo dos planos diretores, planos setoriais, zoneamentos urbanos, leis de uso e ocupação do solo, organização do tráfego, sistemas de transportes, etc. Pode minimizar impactos negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo.

Por outro lado, como assegura Dias (2003b, p.185), o planejamento de cidades turísticas deve ser feito de maneira absolutamente diferente do que é realizado para aglomerados urbanos, pois o turismo requer integração do lugar turístico com a cidade a todo instante, para ser consumido pelo turista e pelos residentes locais no dia a dia, não admitindo o isolamento.

Essa particularidade do planejamento para o turismo provoca nas cidades, mormente, uma melhoria no visual, para receber o visitante, e adquire o conteúdo de uma grande organização empresarial, visto que é um produto turístico global



com marca de imagem própria, requerendo, para tanto, gestão apropriada. Tal semelhança é assim destacada por Trigueiro (1999, p.16):

Planejar e administrar o turismo de uma região é, basicamente, planejar e administrar uma organização que visa ou não ao lucro. As estratégias, as táticas e as ações, a operacionalização, o controle e a avaliação são as mesmas para as duas situações.

O planejamento proposto para o turismo sustentável, como parte de uma estratégia macro de desenvolvimento, sugere a integração voluntária e adequada de todos os agentes interessados pelo turismo com outras áreas dinamizadoras, a exemplo das universidades. Esses agentes econômicos e sociais atuam como instrumentos potencializadores e de sustentabilidade econômica e ambiental da atividade turística na região.

Nesta concepção poderemos considerar turismo de base local ou turismo com base local, ou ainda turismo responsável como sinônimos, visto que sua premissa também é o desenvolvimento pela via endógena, isto é, onde o *trade*, a comunidade local e o visitante estejam engajados na conservação do bem turístico como processo socioeconômico.

O planejamento urbano no Brasil e particularmente no Nordeste tem introduzido novos parâmetros de análises, dando realce ao modelo de desenvolvimento sustentável como principal referência para o desenvolvimento das sociedades.

Ressalta-se nessa leitura a necessidade de se fazer o planejamento participativo como prática democrática para o exercício da cidadania. Entretanto, eis o que observa Demo (1993, p.82):

É erro imaginar que participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar entusiasmo e a fé nas potencialidades de quem à primeira vista pareça de tudo destituído e imerso só em pobreza.

Por sua vez, Dias (2003b, p.115), Coriolano (2003b, p.26) e Borja (1988, p.14) asseveram que é indispensável nesse processo a presença do poder público, inclusive como precondição para seu êxito e efetividade:

A participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado [...] que, pelo contrário, uma administração justa e ativa,

com programas ambiciosos destinados a melhorar o bem-estar dos cidadãos, são condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esse investimento político e econômico, os chamados a participar estão condenados ao fracasso. (BORJA, 1988, p.14).

A ressignificação socioeconômica da região, feita sob orientação de planejamento participativo, terá como efeito a diminuição da distância das desigualdades observadas na educação, no saneamento básico, na distribuição de renda, pelas alterações na estrutura vigente da formação de capital, sobretudo humano, como observa Velasco (2007), acrescentando que assim é possível se reduzir a inércia, aumentando-se a participação do conjunto de atores sociais nos segmentos econômicos, políticos e sociais.

As políticas públicas para o setor turístico, provenientes de planejamento com participação popular, qualquer que seja o nível de execução, como sugerem Beni (2004, p.178) e Dias (2003b, p.123), devem ser estruturadas sempre, levando-se em conta quatro grandes condicionantes, sendo que o quarto referente ao meio ambiente foi por este autor acrescentado:

- 1) o cultural;
- 2) o social;
- 3) o econômico e
- 4) o ambiental.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p.294) e Dias (2003b, p.121) assim definem políticas públicas em turismo:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as diárias dentro de uma destinação. (GOELDNER, RITCHIE e McINTOSH, 2002, p.294).

Em consonância com a Organização Mundial do Turismo (OMT), Sessá (1983, p.36) sublinha o modo pelo qual se realiza o produto turístico:

Um composto de atividades e serviços relativos ao alojamento—indústria da construção e indústria de transformação; à alimentação e às bebidas—atividade agrícola e indústria alimentícia; aos transportes—indústria de transformação e de consumo energético, além de serviços; às aquisições de produtos locais—artesanato e indústria do vestuário ou de transformação; às visitas e aos divertimentos—também serviços. Todas essas atividades são ligadas a uma atração natural ou cultural.

É pacífico, porém, que o turismo representa um conjunto de atividades produtivas, no qual os serviços têm um caráter prevalente e de interesse para todos

os setores econômicos de um país ou região, e que, segundo Sessá (1983, p.36), possui uma interdependência estrutural com as demais atividades, em maior grau e intensidade que qualquer outra atividade produtiva. Por causa dessa interpretação, Silva (2007, p.6-25) sugere que se pode aventar o estudo da atividade turística sob três ângulos, a saber:

- a) a partir do turista (demanda–visão sociológica–geração de renda e a produção de bens e serviços, portanto multissetorial e agregativa);
- b) a partir da oferta ou microeconômica (turismo como setor econômico–demanda e consumo dos bens e serviços; unissetorial e empresarial) e
- c) por meio da ótica geográfica ou um *continuum* de bens e serviços (FURIÓ BLASCO, 2001, p.229-250), com fortes interdependências, no que concerne à produção e na qual se vê a estruturação de uma “cadeia de indústrias integradas”, para a frente e para trás ou como um “conjunto articulado de atividades econômicas integradas”, cujo intercâmbio resulta de articulações em termos de mercados, de tecnologia e de capitais.

No primeiro ângulo tem-se uma visão macroeconômica na oferta, um prisma microeconômico no segundo e, no terceiro, um enfoque mesoeconômico, cujo objetivo principal está em propiciar a melhoria dos indicadores econômicos de determinados territórios, sejam eles municípios ou conjunto de municípios. A lógica desse entendimento se assemelha à dos pressupostos das teorias endógenas do desenvolvimento regional e/ ou local.

Nesse particular, Barroso González e Flores Ruiz (apud SILVA, 2007, p.20) propõem que as políticas públicas para o turismo aportem à concepção de políticas de *clusters*<sup>6</sup>, isto é, da transversalidade, na medida em que estas têm como centro de análise e atuação do interventor — agente econômico — o território como realidade socioeconômica. Consideram estes autores, assim como Silva (2007, p.20), que a política pública turística não deva ser estritamente voltada para a demanda — setorial e horizontal — e restrita à oferta, ou seja, voltada apenas para a setorial e vertical, mas sim

seria aquela política setorial que se dirige ao fomento e desenvolvimento do setor turístico, entendendo este como o conjunto de empresas que ofertam o produto turístico (operadores turísticos e agências de viagens) –

---

<sup>6</sup> Vocábulo de origem inglesa que se refere à aglomeração de empresas a montante e a jusante de uma matriz econômica, instituída pelo poder público ou privado, para complementá-la ou suplementá-la, sob controle corporativo ou tecnológico ou financeiro.

elaboração de estadas em lugares distintos ao de residência habitual do consumidor, o turista. Assim, desde este enfoque analítico do turismo como atividade produtiva, a política turística seria considerada como uma política específica setorial de corte vertical, do mesmo modo que as demais políticas setoriais.

Esta perspectiva de desenvolvimento coincide com o conceito exposto por Holanda (1983, p.28), congruente com os pressupostos de desenvolvimento endógeno de base participativa, respeitando as tradições culturais e demandas reais da população local. Assim, a cultura resultante da experiência e do modo próprio de vida historicamente construído resultará em fatores de desenvolvimento endógeno, desde que mantida sua especificidade, parte fundamental do desenvolvimento sustentável na concepção da *Agenda 21*.

Para localidades que admitam o planejamento de seu desenvolvimento nas bases anteriormente citadas, sugere-se a aplicação desses parâmetros visando à potencialização de seus recursos, à luz do conceito de que desenvolvimento é um processo de mudança social, global, com implicações não apenas econômicas, mas também políticas, sociológicas e culturais.

Neste sentido, é de importância crucial para o sucesso do desenvolvimento da *hospitalidade sertaneja* (HS) em Canudos que, de um lado, se trabalhe com o conceito de HS entre os locais, bem como haja, na localidade hospedeira, entendimento e compreensão da necessidade de se saber antecipadamente o que as pessoas envolvidas com a recepção de alguém que não conhece e que passa a frequentar o ambiente privado de seu lar pensa a respeito de seus valores e conteúdos.

As relações sociais que se estabelecem entre o morador de uma comunidade sertaneja e um visitante oriundo de outro lugar, portador de uma cultura - hábitos, modos, comportamentos – diferente da sua pode ser pacífico ou conflituoso. Ainda mais quando essa interação é propiciada funcionalmente através da provisão de serviços pagos, que devem atender expectativas desse outro que se relaciona com esse morador e que frequenta sua casa. Por isso; hospedar um visitante necessita de três requisitos essenciais: capacitação, sensibilização e organização.

Assim, a preocupação de ordem metodológica deve ser constante, dada a situação dinâmica e intensa com a qual se vai lidar, em virtude dos cuidados relativos ao processo de interação social que se estabelece ao longo das etapas do desenvolvimento, porquanto processo, posto que não basta intervir, faz-se necessário assimilar. O desenvolvimento das ações de sensibilização perpassa todos os trabalhos de execução do projeto, privilegiando o processo participativo com a utilização de

técnicas participativas adequadas como oficinas, grupos focais, sistematização de experiências e outros.

Reforçar a identidade cultural e o desenvolvimento de Canudos e seu entorno constitui tarefa pedagógica contínua, no sentido de consolidação dos objetivos por meio da realização de ações como: caminhadas, encontros, congressos com a presença de diversos atores específicos, municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais das mais diversas áreas do conhecimento e planejamento associadas ao turismo. São pesquisadores, professores, empresários, profissionais autônomos, representantes de órgãos oficiais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), estudantes e interessados de modo geral.

Porém, a execução de metodologia participativa, como sublinha Nunes (2002, p.7), passa pela aprovação do órgão político gestor do processo (vontade política), para que redunde em sucesso. A essência do método de participação popular em planejamento urbano, por exemplo, depende do grau de engajamento e de entendimento sobre os benefícios pelos beneficiários. A autora citada revela que “a essência do método testado consistia no princípio de que participar e se engajar em ações coletivas significam, em si, um processo de cidadania” (NUNES, 2002, p.11).

Há, para tanto, muitas metodologias. Neiva (2001, p.149-184) ressalta a conhecida por Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), que Franco (2000, p.11) assim definiu:

Uma denominação ampla para vários tipos de processo de desenvolvimento local. Lançada institucionalmente em 1997, pelo Conselho da Comunidade Solidária, a expressão foi adotada pela maioria dos atores que se dedicam ao desenvolvimento local no Brasil.

Pode-se agora perceber melhor a necessidade de se potencializar o acervo da história e dos recursos naturais de Canudos, como alternativa econômica para a população da região, no sentido de alavancar seu crescimento econômico-financeiro, incluindo outros municípios como Euclides da Cunha, Monte Santo e Uauá, que foram o palco da guerra travada entre 1896 -97. O contexto ambiental compreende a fauna e a flora peculiares da região do Semiárido, enquanto o contexto social inclui seres humanos cujo passado teve total ou alguma relação com a comunidade que existiu em torno de Antônio Conselheiro.

O entendimento de que se faz necessário desenvolver o espaço urbano e rural a partir dos valores autóctones, da defesa dos bens da biodiversidade e dos direitos humanos e da cidadania, converge para os parâmetros das teorias endógenas e da

globalização, focados na participação e acumulação, do nível local ao nível global. É, entretanto, necessário investir efetivamente em educação e saúde, na capacitação dos recursos humanos, de modo que responda adequadamente às suas necessidades de produtor e de consumidor no mercado micro e macro do mundo global.

O planejamento participativo, como ferramenta de administração e políticas públicas, direcionado para atender o desenvolvimento de forma contínua e evolutiva, é adotado neste trabalho e se articula com o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme expresso na *Agenda 21*.

### 1.8.2 Desenvolvimento sustentável

Foi em 1972 que Maurice Strong e Ignacy Sachs, durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, propuseram o conceito de ecodesenvolvimento, para responder à comunidade internacional quanto a novos paradigmas de desenvolvimento humano que se impunham diante de várias questões humanas, sociais e ambientais no contexto político e econômico do planeta.

Desta nova visão de desenvolvimento surge o conceito de sustentabilidade, tendo origem nesse evento o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Posteriormente, em 1987, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, sob a presidência da primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, elaborou um relatório—*Our Common Future* (Nosso Futuro Comum)—, adotando a expressão Desenvolvimento Sustentável (DS) para caracterizar o conceito supraexposto. Esse documento ficou conhecido como Relatório **Brundtland** e define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades”.

A razão macropolítica e econômica do mundo, para se ajustar à nova ordem das relações entre nações e povos, nasce sob a égide do mundo globalizado e do processo neoliberalizante da geopolítica mundial. A sociedade mundial almeja o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico das nações, servindo de base para a formulação da *Agenda 21*, pela qual mais de 170 países se comprometeram a atuar em busca de metas que transformassem o mundo em um ambiente mais equilibrado para todos os povos e nações. O novo conceito incorporase, generalizadamente, nas consciências acadêmicas, técnicas e leigas, quando exposto

durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Cúpula da Terra ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A ECO-92 expôs o sistema econômico às mudanças transcendentais ao mercado, mudando-se os conceitos de trocas, isto é, dentro de uma razão lógica que doravante visa não apenas ao lucro financeiro, mas ao exercício de negócios dentro de uma conduta ética e responsável perante a sociedade, as pessoas e a natureza, para gerar resultados positivos e duradouros e benefícios para todos, a curto, médio e longo prazo.

O desenvolvimento sustentável (DS) foi assim definido por Buarque (1999, p.23):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilidade das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, 1999, p.23).

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (África do Sul), em 2002, concluiu que se trata de uma proposta a ser construída sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentáveis: desenvolvimento econômico, social e ambiental. Tem por objetivo prover os povos e as nações de possibilidades de superação da pobreza, desperdícios, degradação ambiental e decadência urbana, crescimento populacional desordenado, conflitos e violência contra os direitos humanos, além de permitir a igualdade de gêneros e a distribuição de serviços como saúde, água potável e outros.

O foco da sustentabilidade, portanto, está em assegurar, aprimorar e criar as melhores condições de vida para a população em geral e para as organizações como um todo. Esse fim é obtido na medida em que os agentes econômicos e sociais envolvidos no processo se apresentam com postura ética e de colaboração em relação à comunidade, clientes, funcionários e fornecedores. A esse respeito, Bursztyn (2007, p.14), ao prefaciá-lo livro de Chacon (2007), diz que “a noção de DS traz, no seu bojo, o princípio de que não se deve brigar com a natureza, mas sim conviver com suas características e limitações impostas”.

Nesse contexto percebe-se uma estreita relação com o uso responsável dos recursos naturais, cuja conservação é condição indispensável para se construir uma relação positiva entre a economia e a ecologia, da qual, segundo Silva e Perna (2002, p. 451), depende a evolução do setor onde se implante.

A trajetória do turismo sustentável para Canudos por meio do PEC supõe que seja viável, considerando-se quatro dimensões essenciais: Econômica, Social, Ambiental e o Envolvimento de Instituições Públicas, Privadas e Não-Governamentais, as quais se ajustam, conforme enfatiza a Organização Mundial do Turismo através da de 1997 e pela Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992, cujo princípio 10 declara:

A melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível conveniente. [...] cada pessoa terá acesso às informações relativas ao ambiente [...] e a oportunidade de participar em processo de tomada de decisão [...]

Verifica-se na conceituação de sustentabilidade sua dimensão e abrangência em vários níveis de organização de espaço geográfico, desde a vizinhança local até as partes mais remotas do planeta. Neste sentido, Canudos e seu entorno, para atingir o desenvolvimento sustentável, conforme o relatório de Brundtland, deverão estar com sua dinâmica social e econômica assentada num empreendimento humano capaz de atender às necessidades de suas populações em quatro requisitos básicos, como descreve Gunther Clar (1998, p.24-25):

- a) ecologicamente correto — Capacidade de suporte e de funcionalidade dos ecossistemas, disponibilidade e uso de recursos;
- b) economicamente viável — lucratividade, *empowerment* e qualidade total do trabalho;
- c) socialmente justo — distribuição dos grupos humanos e de suas atividades econômicas e sociais; e
- d) culturalmente aceito — aspectos de equidade com respeito e transferências de capital e produtos.

Economia, sociedade, ecologia e cultura são vistos como subsistemas da totalidade complexa de sustentabilidade, constituindo uma identidade integrada e organizada, cada qual definindo os limites e os condicionantes das outras (BACELAR; BEZERRA, 1999, p.5). Na aplicação desse enfoque enfatizam-se dois fundamentos como objetivos da sociedade contemporânea para alcançar o desenvolvimento sustentável: a democracia e a participação. A participação plena do cidadão torna-se condição principal para a sustentação e a viabilidade política, necessárias ao desenvolvimento sustentável.



O conceito de sustentabilidade na multidisciplinaridade visa à harmonização das diversas dimensões do desenvolvimento, portanto futurístico, baseado em metas para o crescimento sem comprometer os recursos ambientais para usufruto das gerações futuras. Guarda íntima relação com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (1972) Reflete o documento produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), intitulado “Nosso Futuro Comum” (1987), quando a expressão Desenvolvimento Sustentável (DS) foi difundida de forma universal, do ponto de vista acadêmico e leigo.

O setor privado também está se incorporando à mudança de comportamento, a partir do conceito de sustentabilidade, alterando suas práticas em relação a seus *stakeholders*<sup>7</sup> sejam eles internos ou externos. Elkington (2007, p.21), dirigente do Banco ABN AMRO (Real), assinala:

[...] a expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade, surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessárias para possibilitar essa transição rumo ao desenvolvimento sustentável. As ações e inovações da empresa neste sentido devem ser cada vez mais disseminadas na busca em ampliar a eficiência e a efetividade da sustentabilidade.

A educação é o principal agente de transformação social para o desenvolvimento sustentável, pois aumenta a capacidade das pessoas de modificar valores, atitudes e comportamentos em relação ao próprio homem, à natureza e ao mundo. Essa concepção propicia o surgimento da gestão sustentável, ou seja, a gestão dos bens humanos que leve em conta a transformação de matéria-prima em produtos, ou prestação de serviços, utilizando de maneira efetiva e otimizada todos os recursos necessários à geração de lucro, à satisfação do consumidor e ao equilíbrio ambiental. Garofoli (1994, p.41) entende que o desenvolvimento endógeno é possível porque

[...] quando a maior parte dos recursos utilizados é de origem local (empresas locais, trabalhadores de elevado profissionalismo e formados localmente, recursos financeiros acumulados na zona, tecnologia inovadora introduzida na área), o processo de desenvolvimento torna-se completamente endógeno. Uma vez atingido, o sistema local está em condições de dirigir o seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação.

---

7 Palavra de origem inglesa cujo significado é: o conjunto de pessoas físicas ou jurídicas que são direta ou indiretamente afetadas positiva ou negativamente pelas atividades da organização e que, sobre as quais também são capazes de exercer as mesmas influências nas mesmas proporções em que são afetadas.

Lustosa (2001, p.185) refere-se ao desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento de regiões a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento de viés territorial (local).

Vazquez-Baqueiro (1996, p.107), aborda as três dimensões do desenvolvimento local: *hardware* ou melhoria das infraestruturas; *software* ou suprir carências e melhoria dos fatores de desenvolvimento e *orgware* ou fortalecer a capacidade organizativa do território. Destaca a dimensão *orgware* como central para a implementação de políticas de desenvolvimento localizado em resposta aos desafios gerados pelo processo de globalização, porque implica melhorar a organização social do lugar, região (ou território), a fim de lhe permitir respostas mais eficazes aos problemas e desafios que precisa superar no curso desse processo.

### 1.8.3 Território

O conceito de território aqui exposto é entendido como um conjunto de elementos econômicos, socioculturais e institucionais com formas específicas de organização e capacidade de autorreprodução. Maillat (2002, p.159) salienta que o território não deve ser considerado “algo dado *a priori*”, mas como “resultado das estratégias organizacionais dos atores e do fenômeno de aprendizagem coletiva”.

Eis em que consiste o conceito elaborado por Maillat (2002, p.162):

Apreender as dinâmicas territoriais de inovações, tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento regional residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre as empresas, as instituições de formação de pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais, ou das universidades.

Por outro lado, como adverte Spínola (2003, p.16), a economia regional é condicionada pelo mercado, imposta pelo capitalismo internacional, sendo, pois, as iniciativas oficiais, quando não bem articuladas e feitas de boa vontade, no contexto do Planejamento de Desenvolvimento do Estado, sacrificadas em sua eficácia, tornando-se indispensável para sua potencialização interna a manutenção de atrelamento com as decisões externas dos investidores, na perspectiva de que se irradie no espaço geográfico, consideradas a convergência técnica de renda e a repercussão psicológica do êxito.

Para Ladislau Dowbor (2005, p.190), só é possível existir o desenvolvimento local se for dada relevância aos aspectos da promoção da cidadania, de maneira

primacial aos econômicos, pois não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

Essa consciência, de acordo com Dowbor (2005, p.203), permite aos autóctones:

- a) melhor qualidade de vida; b) processo de socialização do poder;
- c) distribuição de renda e
- d) democratização de acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia.

Essa apropriação de riqueza local pelos nativos potencializaria a dinâmica do desenvolvimento regional sustentável, pois tornariam seus residentes proprietários de capital físico, passando do papel de explorados para o de exploradores. Segundo Coriolano, (2006, p.215-216) o turismo é uma atividade que propicia, de modo mais efetivo e rápida, essa aquisição, por ser uma atividade econômica complementar e articuladora, presente nos processos de desenvolvimento de comunidades carentes ou não, tradicionais e modernas, sobretudo quando se prioriza a identidade local para seu desenvolvimento e oferta de bens e serviços.

## 2 CANUDOS: CONTEXTO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E AMBIENTAL

Em Canudos muitos lutaram e pereceram: Canudos é também cemitério militar. Por tudo isso, Canudos merece o nosso respeito. Há qualquer coisa de sagrado, talvez pelo muito sangue lá derramado. Canudos não pode ser um município como os outros. Marcas o distinguem dos demais. É bem diferente pela sua história. (BOAVENTURA, 1997, p.86).

### 2.1 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DO SEMIÁRIDO NO NORDESTE BRASILEIRO E NA BAHIA

A contextualização do cenário socioespacial da região onde se localiza Canudos pertence ao bioma que *forra e vivifica o solo*, denominado Caatinga. Esse bioma é o quarto maior do Brasil, constituindo-se sua área mais pobre (SPÍNOLA, 2005), como ilustra a Figura 1.



**Figura 1 — Mapa do Bioma Caatinga do Brasil**

Fonte: Mapa de Biomas do Brasil-IBGE, 2004. Rio de Janeiro. Esc. 1:5.000.000. Site: <[http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161807794biomas\\_br.jpg](http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161807794biomas_br.jpg)>. Acesso em:14/11/2009

### 2.1.1 Definição geopolítica e geoconômica do Semiárido brasileiro

Numa abordagem geoeconômica a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) define o Semiárido como o território formado pela área contígua, caracterizada pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações pluviométricas inferiores a 800 milímetros/ano, forte insolação, temperaturas que oscilam, de janeiro a dezembro, de 27 a 40°C, e regime de chuvas marcadas pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações em um único período de três meses.

A Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, no Art. 5º, § 4º, assim define, para efeito de aplicação de recursos, o Semiárido como território ampliado para contemplar aspectos históricos da conformação geopolítica e geoeconômica no Nordeste, Sudeste e Norte brasileiro: “a região inserida na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)”.

Em portaria dessa autarquia, o Semiárido é composto por todos os municípios incluídos na parte delimitada pela *isoieta*<sup>8</sup> mais externa de 800 mm (padrão médio anual, característico de precipitação de chuvas em um lugar, território ou região), bem como aqueles que tiverem seus territórios parcialmente cortados por essa isoieta, na tentativa de ampliar ao máximo a área delimitada e assim beneficiá-los com os incentivos fiscais por ela proporcionados, como visto na Figura 2.

Estudos revelam que o espaço geográfico dessa região foi ampliado para atender demandas geopolíticas e geoeconômicas pelo governo federal, procedimento também constatado na Bahia. Lobão e outros (2004) consideram que não existe uma unidade geográfica pura que caracterize o semiárido brasileiro, assim como o baiano do ponto de vista climático, ou seja, mapas socioeconômicos mostram a existência de pobreza em municípios dentro e fora da região semiárida.

As variáveis físicas e econômicas foram usadas como justificativa, numa associação com a ideologia dominante da pobreza, fome e miséria, comprovadamente infundada, e elas podem ter sido imensamente variadas para que esse limite tenha sido criado e ampliado algumas vezes. Depreende-se que, para além da delimitação

---

<sup>8</sup> Termo técnico da geociência que se refere à área geográfica, na qual se constata determinadas fenomenologias climáticas peculiares ou linhas imaginárias demarcatórias de igual precipitação milimétrica (mm). O dicionário King Host de língua Portuguesa a define como “Uma carta meteorológica, linha que une os pontos de uma região onde as precipitações médias são as mesmas para um período considerado”, de acordo com <<http://www.kinghost.com.br/saber/isoieta.html>> Acesso em: 3 de setembro de 2008.



Figura 2 — Mapa da Região do Semiárido do Brasil

Fonte: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/inf\\_geoambientais/cartogramas/pdf/carto\\_semi\\_arida.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/inf_geoambientais/cartogramas/pdf/carto_semi_arida.pdf)>.

a partir de *isoietas*, o Semiárido é também delimitado em função de aspectos políticoideológicos (OLIVEIRA, 1985, p.34; CASTRO 1992, p.76; ALBUQUERQUE, 1999, p.101).

A extensão territorial do semiárido na Bahia é formada por 258 municípios, compreendendo uma área de 388.274 km<sup>2</sup>, ou seja, 68% da área física do território do Estado, com uma população de 6.316.846 habitantes. A Figura 3 destaca a grandeza dessa porção territorial.

Isso significa dizer que esse contingente corresponde a 48% dos 13.000.000 de habitantes baianos, conforme dados da SEI/2004. Essa porção territorial da Bahia tem características heterogêneas e compreende, do ponto de vista demográfico, uma região extremamente pobre, haja vista os seus indicadores socioeconômicos, conforme publicados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/SEPLANTEC).

A má distribuição de renda, como já foi constatada por Rossetti (1994, p.612), reúne o fundamento da pobreza no Nordeste, mais do que a intempérie da natureza, para afastar essa região do circuito dinâmico da economia nacional. Neiva (2000, p.1) afirma:

O Semiárido do Nordeste Brasileiro é um espaço que sempre causou uma profusão de sentimentos, visões, incompreensões; medo, vergonha, descaso, insensibilidade, espanto, intolerância e horror são alguns exemplos de sentimentos provocados pelos sertões do Nordeste Brasileiro, nas elites políticas, militares e intelectuais do Brasil, ao longo da história.

Adiante, Neiva (2000, p.1), ao justificar a razão da pobreza crônica do Nordeste brasileiro, inclusive o baiano, elenca uma série de fatores condicionantes desse processo que contribuem, significativamente, para o aumento da incidência da pobreza na região: meio físico frequentemente hostil à sobrevivência humana; condições sanitárias precárias; baixo nível de escolarização e limitações severas dos governos locais para atuar de forma eficaz, no sentido de galgar o desenvolvimento econômico e social. Acrescenta:

É fato que os problemas históricos do semiárido estão imbricados em uma estrutura de crescimentos regionais desiguais, e em uma estrutura fundiária perversa que torna mais vulnerável uma região de solos rasos, vegetação rala, e regimes pluviométricos irregulares.

Dentre as medidas adotadas na última década do século XX para a superação da questão do desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro, por meio da água, existem as iniciativas bem-sucedidas, como as citadas no Projeto Áridas (1995), citado por Chacon (2007, p.151).



**Figura 3 — Mapa da Região do Semiárido do Estado da Bahia**

Fonte: Sudene (2008).



A porção de mais de 68% do território baiano, contida no sertão Semiárido, praticamente define a condição social, econômica e política das pessoas que lá vivem. Entretanto, essa realidade está mudando, como sugere Chacon (2007, p.178), ao referir o monitoramento do fenômeno climático, aliado, sobretudo, à implantação de ações de base local e regional para o enfrentamento do problema de descolamento da sociedade semiárida do circuito econômico nacional.

Neste sentido, os técnicos do Projeto Áridas (1995, p.122) naquele documento indicam as possibilidades de o clientelismo político ser totalmente afastado. Apresentando como uma das soluções o uso de mecanismos de participação da sociedade, via colegiados dos níveis local e municipal, baseados em critérios transparentes, em esforços de ação articulada dos governos federal, estaduais e municipais. a longo prazo, o sucesso da estratégia de desenvolvimento sustentável reduzirá a necessidade de ações emergenciais na medida em que tornará a população mais capacitada para enfrentar as crises do clima.

## **2.2 ASPECTOS EDAFOCLIMÁTICOS DO SEMIÁRIDO NA CAATINGA DO NORDESTE DO ESTADO DA BAHIA**

### **2.2.1 Vegetação**

O vocábulo “caatinga” ou “catinga”, no Brasil, é de origem tupi, e tem várias acepções. Esta palavra é formada por dois termos de origem tupi: *caa* + *tinga*, que significam: arvoredos secos ou árvore seca (MARQUES, 1997).

Outros autores, a exemplo de Manoel Neto, afirmam que o significado da palavra “caatinga” é “mata branca”, em referência à vegetação sem folhas que predomina durante a época de seca. É citada, ainda, como terra pantanosa, onde existe piaçava, mas nesta dissertação será usado, fundamentalmente, o conceito referente à geografia física, pois envolve aspectos climáticos da fauna e da flora brasileiras (FIGUEIREDO, 1949, p.571).

Como vegetação, a caatinga é típica da região de climas áridos e semiáridos. Tem, entre as plantas que a compõem, 323 espécies endêmicas catalogadas. O conjunto das espécies vegetais que a define como bioma concentra-se em plena faixa subequatorial, entre a Floresta Amazônica e a Floresta Atlântica, isto é, no Nordeste brasileiro.

Seu aspecto agressivo, porém, contrasta com o colorido diversificado das flores emergentes, notadamente em épocas chuvosas, quando o sertanejo da região de

Canudos diz que a *caatinga está vestida*, muito embora estudos mostrem que várias espécies estão em avançado processo de extinção e há processos de desertificação.

Em seus territórios nativos constitui bioma específico formado por mata fechada de árvores tortuosas e ralas. Esse bioma é rico em recursos genéticos por sua alta biodiversidade. Caatinga é uma formação vegetal característica, cujo nome também está associado a várias plantas brasileiras, especialmente da região Nordeste, donde se derivam outras espécies de vegetação como: catinga-branca; arbustos lauráceos medicinais do Brasil como: catinga-de-negro; planta caparidácea do Brasil, conhecida também como catinga-de-tatu; catinga-de-bode, planta medicinal encontrada notadamente nessa porção territorial brasileira; e catinga-de-porco, além de árvores silvestres do Brasil (FIGUEIREDO, 1949, p. 571).

O porte da flora dessa vegetação, no Brasil, compreende três estratos: arbóreo (oito a doze metros), arbustivo (dois a cinco metros) e o herbáceo (abaixo de dois metros). Apresenta, como característica básica, a capacidade de adaptação ao clima seco. Para se proteger passa mais de nove meses sem folhas e com troncos e galhos secos. As folhas, por exemplo, são finas ou inexistentes. A vegetação é xerofítica, caducifólia e aberta, bem adaptada para suportar a falta de água, sendo que algumas plantas armazenam água, como os cactos, e outras têm raízes praticamente na superfície do solo para absorver o máximo de chuva. Entre as espécies mais comuns da região estão: a umburana, a aroeira, o umbu, a barauna, a maniçoba, a macambira, o mandacaru e o juazeiro.

No Brasil, a região da caatinga representa área total de 1.037.517,80 km<sup>2</sup>, ou seja, aproximadamente 13% do território nacional, ocupando mais de 60% do território da região Nordeste. Abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, sudeste do Maranhão, sul e leste do Piauí e norte de Minas Gerais e parte do norte do Espírito Santo (ver Figura 2 — Mapa da Região do Semiárido do Brasil), cujos territórios estão contidos nas regiões políticas: Nordeste, Norte e Sudeste. Área de interferência humana: 800.000 km<sup>2</sup> (CNRBC, 2009, p.1-2).

Essa nova configuração territorial do Semiárido do Nordeste do Brasil, instituída pela Sudene, decorre de decisão do Ministro da Integração Nacional, em 16 de março de 2005, na cidade de Almenara-MG, onde assinou a Portaria n.º 89, publicada no DOU em 17 de março de 2005, definindo e nomeando os municípios que integram a nova Região Semiárida do Brasil. O documento baseou-se no Relatório do Grupo

Interministerial de Trabalho, aprovado pela Portaria Interministerial n.º 1, de 9 março de 2005. Compreende 1.134 municípios da Região Nordeste do Brasil e abriga uma população de mais de 20 milhões de pessoas, ou seja, corresponde a 39% da população dessa região.

A caatinga é também chamada de Sertão ou Semiárido e pode ser interpretada como fenômeno climático, posto que nela domina o clima semiárido, quente e seco, com chuvas, de verão e outono. No período das chuvas, o índice pluviométrico varia entre 350 e 800 milímetros anualmente (BAUTISTA, 1986, p.121). Segundo Reis (1976, p. 25 apud BAUTISTA, 1986, p.121), na caatinga

[...] Nela se assinalam alguns dos valores mais extremos do país: a mais forte insolação e a mais baixa nebulosidade; as mais altas médias térmicas e as mais baixas percentagens de umidade relativa; as mais elevadas taxas de evaporações e, sobretudo, as mais escassas e regulares precipitações pluviais [...]

### 2.2.2 Aspectos climáticos

O clima da região, na classificação de Hargreaves (1977), corresponde ao tipo árido. Sua temperatura média anual é elevada, oscilando entre 27°C<sup>9</sup> e 40°C. Na Bahia, entretanto, a temperatura chega a atingir 44°C. Nos períodos de longas estiagens, por exemplo, observa-se a perda de folhas como estratégia de sobrevivência, pois as plantas, assim, reduzem a superfície de evaporação, ficam ressequidas e, por isso, mais resistentes. Os sertões são, muitas vezes, semidesertos e, apesar do tempo nublado, não costumam receber chuva. No entanto, quando chove, no início do ano, a fauna volta a vicejar, as árvores cobrem-se de folhas e o solo fica forrado de pequenas plantas.

Outra característica climática das caatingas é a constatação da irregularidade na distribuição de chuvas ao longo das estações do ano (BAUTISTA, 1986, p.121). A estação chuvosa ocorre de janeiro a abril, durante o movimento extremo para o sul da Frente Intertropical (FIT), ficando secos, portanto, de maio a dezembro, sob o domínio da Massa Equatorial Atlântica (MEA), de acordo com Nimer (1977, p.54).

---

<sup>9</sup> O símbolo °C designa a unidade de temperatura, assim denominada em homenagem ao astrônomo sueco Anders **Celsius** (1701–1744) que foi o primeiro a propô-la em 1742. Daí o **grau Celsius**. A escala de temperatura Celsius foi concebida de forma a que o ponto de congelamento (congelamento) da água correspondesse ao valor zero, e o ponto de ebulição correspondesse ao valor 100, observados a uma pressão atmosférica padrão. <[www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/celsius.htm](http://www.fem.unicamp.br/~em313/paginas/person/celsius.htm) - 6k -> Acesso em: 4 set. 2008.

Essa inclemência apresenta algumas peculiaridades que se salientam no tempo e no espaço, tais como: irregularidade na distribuição de chuvas ao longo das quatro estações do ano; o inverno, geralmente, é estação chuvosa nas demais regiões do país. Já no Nordeste, a chuva é escassa, os espécimes vegetais se manifestam com mecanismo de sobrevivência. Alguns exemplares armazenam água, como os cactos barrigudos. Sobre este aspecto Alvim (1950) explica que o clima de forte aridez faz com que a evaporação na região seja aproximadamente duas vezes maior que a evaporação da região meridional do Brasil.

O solo, nesse bioma, normalmente é raso e pedregoso, agravado pelo escoamento superficial intenso das águas, pois são rasos e situados acima de lajedos cristalinos. Embora relativamente fértil, mesmo quando chove não consegue armazenar a água que cai e a temperatura é sempre elevada, como se pode depreender a partir de estudos de Hargreaves (1977), o que acarreta intensa evaporação. A paisagem típica das caatingas consiste em extensas planícies interplanálticas e intermontanas, que envolvem e interpenetram maciços residuais mais elevados.

Em face de tão severa aridez, o solo raso e pedregoso dificulta, mesmo quando chove, a armazenagem da água que cai, por isso a paisagem muda muito rapidamente. Há, todavia, faixas de terrenos na região cujo solo é relativamente fértil o ano todo e que surpreendem como se fossem *ilhas de umidade*, ou seja, solos agricultáveis. Estes territórios são os chamados brejos, que quebram a monotonia das condições físicas e geológicas dos sertões. Nessas ilhas é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos do mundo. Essas áreas, normalmente, localizam-se próximo às serras, onde a ocorrência de chuvas é maior.

### 2.2.3 Rios

Os rios regionais têm origem nas bordas das chapadas, percorrem extensas depressões entre os planaltos quentes e secos e acabam chegando ao mar, ou engrossando as águas do São Francisco e do Parnaíba (rios que cruzam a caatinga), embora na região de Canudos não haja outro rio significativo e as águas da bacia formada pelo rio Vaza-Barris desemboquem no Oceano Atlântico, na divisa dos Estados da Bahia e Sergipe. Das cabeceiras até as proximidades do mar os rios, com nascente na região, permanecem secos por cinco a sete meses do ano. Apenas o canal principal do São Francisco mantém seu fluxo através dos sertões, com águas trazidas de outras regiões. A maior parte dos raros rios ou riachos da região da caatinga é

temporária. Desses rios do sertão baiano, no espaço geográfico da análise, destacam-se o Vaza-Barris, o Umburana e outros de menor porte, secando todos na maior parte do ano. Em geral, correm apenas durante o período de chuvas.

#### 2.2.4 Fauna

Em relação à fauna mais significativa da caatinga baiana, existem pelo menos 13 espécies de mamíferos, 23 de lagartos, 20 de peixes e 15 de aves. Também nessa região vive hoje a ave com a maior ameaça de extinção no Brasil, a arara-azul-de-lear ou ainda ararinha-azul (cujo nome científico é *Anodorhynchus spix/Anodorhynchus leari*), da qual só se encontrou um único macho na natureza, no ano de 2000. Uma área de caatinga mais conservada pode abrigar cerca de 200 espécies de formigas, enquanto nas mais degradadas há de 30 a 40 espécies (BARRETO, 2007).

Outros animais da região correm riscos semelhantes de extinção, tais como: o sapo-cururu, a asa-branca, a cotia, o gambá, a preá, o veado-catingueiro, o tatu-peba e o sagui-do-nordeste, entre outros. Estudos recentes mostram que cerca de 330 espécies animais são endêmicas (exclusivas) da caatinga. Exemplares dessa espécie habitam os arredores de Canudos (BA) e há menos de 150 exemplares, um décimo da população ideal, no caso de aves, que demoram de se reproduzir, tendo, por isso, nos arredores do município, uma área de proteção à biodiversidade para essa espécie (BARRETO, 2007)<sup>10</sup>.

#### 2.2.5 Demografia e pobreza

Do ponto de vista demográfico, cerca de 70 milhões de brasileiros, aproximadamente, vivem na Região Nordeste do Brasil, coberta pela caatinga, em área de quase 800 mil km<sup>2</sup>. Quando, porém, a estiagem é longa, o sertanejo e sua família precisam caminhar quilômetros em busca da água dos açudes. A irregularidade climática é um dos fatores que mais interferem na vida do sertanejo.

O sertão nordestino é uma das regiões semiáridas mais povoadas do mundo. A diferença entre a caatinga e as áreas com as mesmas características em outros

---

<sup>10</sup> Documento elaborado e apresentado por uma representação do gabinete do prefeito do município de Canudos, durante a realização do Seminário Institucional do Projeto “A Caminho dos Sertões de Canudos”, no Instituto Anísio Teixeira, em Salvador, 9 e 10 de agosto de 2007.

países é que, lá, as populações costumam concentrar-se onde existe água e no Brasil o homem está presente em toda a parte, tentando garantir sua sobrevivência e a propriedade da terra na luta contra o clima.

O bioma caatinga está ameaçado (ver mapa, Figura 3). O homem complicou ainda mais a dura vida no sertão. Fazendas de criação de gado começaram a ocupar o cenário já na época do Brasil Colônia. Os primeiros habitantes não entendiam muito sobre a fragilidade da caatinga, cuja aparência árida denuncia uma falsa solidez. No combate à seca foram construídos açudes para fornecer água às pessoas e a seus animais e irrigar as lavouras. Desde o Império, quando essas obras tiveram início, o governo prossegue com o trabalho.

### 2.2.6 Açudes

Os grandes açudes atraíram ainda mais colonos, que estabeleceram novas fazendas de criação de gado. Em regiões como o Vale do São Francisco a irrigação foi incentivada sem o uso de técnica apropriada, tendo como resultado a salinização do solo. O problema acaba agravado pelas características da região, com solos rasos e intensa evaporação de água provocada pelo forte calor. A agricultura nessas áreas tornou-se impraticável ou demasiadamente cara.

Outro problema que vive o sertanejo em sua região é a contaminação das águas por agrotóxicos. Depois de aplicado nas lavouras o agrotóxico escorre das folhas para o solo, levado pela irrigação, e daí para as represas, matando os peixes. Nos últimos 15 anos do século XX, aproximadamente 40 mil km<sup>2</sup> de caatinga transformaram-se em deserto devido à interferência do homem sobre o meio ambiente da região. As siderúrgicas e olarias também são responsáveis por este processo, devido ao corte da vegetação nativa para a produção de lenha e carvão vegetal (BARRETO, 2007).

Cerca de metade da paisagem de caatinga já foi deteriorada pela ação do homem. De 15% a 20% do bioma estão em alto grau de degradação (com risco de desertificação). Uma formação de relevo característica na depressão nordestina é o *inselberg*, bloco rochoso, sobrevivente ao desgaste natural. Na estação seca, a temperatura do solo pode chegar a 60°C (BARRETO, 2007).

A paisagem natural da caatinga é aquela apresentada durante a seca e exuberante no período chuvoso, quando o sertanejo expressa a sua satisfação com o dito

popular: “A caatinga está vestida” para comemorar o vicejamento da vegetação. A vida animal também é rica, diversificada e farta. Especialmente após as chuvas, chega ser exuberante a diversidade animal e vegetal das caatingas. As plantas reflorescem e os animais se reproduzem, deixando descendentes que já possuem adaptações para suportar o longo período da seca seguinte.

### 2.3 CONTEXTUALIZANDO A SAGA DO MUNICÍPIO DE CANUDOS

Suas terras pertencem à região Nordeste do Estado da Bahia, de economia primária baseada na caprinocultura e na agricultura de subsistência familiar, ligada a Salvador, capital do Estado, pela B-324, B-116 e B-235, em 410 km. Sua dinâmica econômica é subordinada à micro subcapital regional — o município de Euclides da Cunha —, e vem surgindo com o advento da agricultura irrigada, organizada por meio de cooperativas. Essa área faz parte do semiárido baiano, que se caracteriza pelos baixos índices de desenvolvimento humano e social, pela ausência de investimentos públicos e privados, assim como pela precariedade de infraestrutura básica, o que incide diretamente nas condições de vida e no nível de renda da população.

A população remanescente do Arraial de Bello Monte<sup>11</sup> — Canudos — é *gente sofrida, valorosa e feliz* (SALLES, 1997, apud JESUS, 1997, p.1). Formada preponderantemente por pessoas de origem indígena, dos grupos Kiriri, Massacará, Payaya e Caimbé (UNEB/CEEC, 2002, p.39-41). Mereceram de pesquisadores da UNEB registros de traços das diferentes culturas que contribuíram para sua ocupação humana: indígena, negra e européia (UNEB/CEEC, 2002, p.36-37). Suas qualidades foram exaltadas por Euclides da Cunha: “O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 1979, p.91).

---

<sup>11</sup> Bello Monte, expressão vocabular grafada de diversas maneiras, uns o fazem no vocábulo Belo com um “l”, outros com dois “ll”, provavelmente conservando a maneira escrita por Antonio Vicente Mendes Maciel, em 1888, conhecido por Antonio Conselheiro ou o *Peregrino* (corruptela da grafia da palavra **Pelegri**no, utilizada, porém, por Nertam Macedo (1983, p.39, reproduzindo o modo oral de expressá-la, usado pelo povo do Arraial do Bello Monte, na época da constituição do lugar, de 1893 a 1897, para identificar o seu líder Antônio Conselheiro) ou o Beato, fundador desse lugar em terras da Fazenda Canudos, na época rival da Fazenda Cocorobó. Com a vitória das tropas oficiais, o lugar passou oficialmente a ser chamado Canudos. Sendo, entretanto, a cidade erguida em terras próximas da Canudos Velha (antigos povoados de Alto Alegre e Cambaio) submersa pelas águas do Açude Cocorobó, em 1969. Em 1985, a cidade ressurgiu erguida pelo DNOCS, a 13 quilômetros da Canudos anterior em terras da Fazenda Cocorobó com o nome de Canudos, o que, para os municípios mais antigos, representa uma afronta inconcebível, daí eles a chamarem Nova Canudos.

Há registros históricos da ocupação da região pelos Garcia d'Ávila, onde hoje se situa o município de Canudos, desde 1522. Neste sentido, efetivamente, o título de propriedade mais autêntico e reconhecido é datado de 1624, lavrado em favor de Francisco Dias d'Ávila (herdeiro do fundador da Casa da Torre Garcia d'Ávila), quando se deu a ocupação dessas terras por essa família em função de interesses ligados ao gado bovino e à extração de minérios. O geólogo Jorge Nascimento ressalta que, saindo de Juazeiro para o litoral, o caminho mais curto e melhor provido de água corresponde ao oferecido pela estrada de Uauá e, daí, para a bacia do Itapicuru, pois Canudos fora local de ponto de apoio importante para o deslocamento das boiadas, vindas do rio São Francisco em direção às lavras da Chapada Diamantina (NASCIMENTO, 1997)<sup>12</sup>.

Em suas veredas surgiram os aldeamentos missionários, não só para abancar os boiadeiros como para catequizar índios. Em 1881 foi criado o município Nossa Senhora de Cumbe (hoje, Euclides da Cunha), donde se originou a atual Canudos. Entretanto, o nome Canudos, em forma documental, só aparece em 1817, quando arrolado em tombamento dos bens patrimoniais dos herdeiros dos Garcia d'Ávila, sob a denominação de Fazenda Canudos (FERRAZ, 1991, p.16).

De 1870 a 1890 o povoado de Canudos adquire vida própria, independente da Fazenda Canudos, ganha uma escola para as primeiras letras, atraindo, inclusive, comerciantes e talvez a cobiça de Antônio Conselheiro para se domiciliar em parte das terras contíguas ou da Fazenda Canudos (U58: 102). Segundo relatos, as atividades econômicas estavam em decadência ou abandonadas nessa unidade agrária, onde Antônio Conselheiro fundou o Bello Monte em 1893, transformado em município somente na segunda metade do século XX. A Lei Estadual nº 4405, de 25 de fevereiro de 1985 (Anexo A), instituiu o município na divisão política do território baiano.

A origem do vocábulo Canudos prende-se ainda ao nome de uma fazenda existente no entorno da área — Fazenda Canudos — que também era produtora de um cano de palha — piteira — que servia de matéria-prima para o fabrico de cestos

---

<sup>12</sup> Jorge Glauco Nascimento, pesquisador-geólogo, membro da equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC/UNEB), que participou do Projeto de Pesquisa “Arqueologia e Reconstituição Monumental 1897/1997”, realizada em 1997, dentro do Parque Estadual de Canudos, em cujo relatório apensou texto mimeografado sob o título *A paisagem do Parque Estadual de Canudos e seu Entorno: suas relações com a guerra e a ocupação da região*, conforme extraídos em U58 Universidade do Estado da Bahia. Centro de Estudos Euclides da Cunha. Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos/UNEB. CEEC – Salvador: UNEB, 2002.



e cachimbos muito apreciados pelos fumantes da região. Cunha (1979, p.136) faz menção a Canudos assim:

Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris. Era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique. [...] lá se aglomerava, agregada à fazenda então ainda florescente, população suspeita e ociosa, “armada até os dentes” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e *pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão*”, de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (*canudos-de-pito*), *vicejantes em grande cópia à beira do rio* (Grifos nossos).

Noutro trecho da mesma obra, Euclides da Cunha (1979, p.39), ao descrever as espécies da flora que forram a caatinga do Nordeste brasileiro, faz a seguinte referência: “[...] e os canudos-de-pito, heliotrópios arbustivos de caule oco, pintalgados de branco e flores em espigas, destinados a emprestar o nome ao mais lendário dos vilarejos [...]”

Esse entendimento, porém, não é pacífico, pois existem registros na literatura informando outras possibilidades. Pesquisadores da UNEB, ao descrever a qualidade do quadro arqueológico regional de Canudos e sítios arqueológicos do PEC, relatam que Euclides da Cunha já mencionava a origem do nome “Canudos” relacionando ao hábito dos indígenas locais de fumar com cachimbos presos a largos canudos de tábuas. Advertem, entretanto, sobre a possibilidade concreta de associação do nome à cultura negra (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA; CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA, 2002, p.35).

A história de Canudos, segundo Neiva (2002, p.118), ficou indelevelmente marcada na memória da gente baiana, por causa da tragédia da guerra, decorrente da incompreensão e incapacidade das elites brasileiras de dialogar com a gente sofrida do sertão. Quem chamou a atenção para isso foi um belo exemplo da sabedoria popular e figura ímpar desse ideário humano, o Senhor João de Régis, que, em entrevista concedida ao historiador Manoel Neto (2002, p.2), assim se expressou, a respeito da Guerra de Canudos: “O que faltou em Canudos foi uma boa conversa!”<sup>13</sup>.

O palco da Guerra de Canudos, conforme círculo vermelho assinalado na Figura 4, também definido como palco central do conflito é o território que engloba os

---

<sup>13</sup> Texto publicado pelo referido historiador em 12 de julho de 2007, quando se homenageou o Sr. João Reginaldo de Matos, que completaria 100 anos, com a colocação de uma placa alusiva ao evento, inauguração da lápide construída no cemitério de Canudos, onde o mestre sertanejo está sepultado, além de uma missa celebrada no dia 12 de junho daquele ano na capela de Nossa Senhora de Fátima.

municípios de Canudos (centro de batalhas), Monte Santo (Quartel General do Exército), Uauá (local do primeiro confronto entre as forças militares e conselheiristas, na primeira expedição) e Euclides da Cunha, o antigo Cumbe (sede da Paróquia que abrangia Canudos e onde ocorreu o incidente entre o coronel Moreira César, chefe da 3ª expedição, e padre local, o único que frequentava o Bello Monte). Esse lugar, a partir dos dados coletados na pesquisa, exhibe inegavelmente condições históricas, literárias, culturais para ser exploradas economicamente pela proximidade e similaridade conforme ilustram o texto, a Figura 4 e a nova interpretação trazida pela nova divisão regional com base na cultura local, em que está incluído o município de Canudos<sup>14</sup>.

Canudos é o nome oficial do município, criado através da Lei Estadual nº. 4.405, em 25 de fevereiro de 1985, quando lhe foi outorgada autonomia administrativa e financeira, como unidade territorial municipal do Estado da Bahia, com um único distrito, o de Bendegó. Ressalta Neiva (2002, p.72) que esse município está localizado na região mais seca da Bahia e paradoxalmente convive com uma situação de penúria quanto ao consumo de água, embora exista há mais de trinta anos, a dois quilômetros do centro da cidade, o Açude de Cocorobó<sup>15</sup>, com capacidade para armazenar 246 milhões de m<sup>3</sup> de água, sem que a população desfrute de forma regular e adequada desse recurso.

Neiva (2002, p.72):

Apesar de o açude ter sido construído praticamente dentro de uma zona urbana, os cerca de 18 mil moradores do município sofrem com as secas desde que o açude foi inaugurado em 1968. Mesmo com estiagem, como as que ocorrem sempre, o volume de água daria para abastecer com tranquilidade uma cidade com mais de 30 mil habitantes, conforme declaração de João Ribeiro Gama, prefeito de Canudos à *Folha de S. Paulo* (10 de agosto de 1998).

Bdegó, distrito do atual município de Canudos (Nova Canudos), conhecido nacionalmente em decorrência da queda, em 1763, na estrada que liga a Uauá, do mais famoso meteorito do Brasil, que lhe deu o nome com réplica em Monte Santo, e o original instalado

---

<sup>14</sup> O governo do Estado da Bahia, a partir de 2007, adotou uma nova divisão regional com base na cultura local, denominando tais regiões de Territórios de Identidade. O território de Identidade, ao qual pertence o município de Canudos é o 10, constituído por municípios cujos nomes vão descritos na ordem apresentada no documento da Secretaria de Cultura do Estado: Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos.

<sup>15</sup> Cocorobó, de origem indígena, é um vocábulo cujo significado apresenta duas versões: uma de Paulo Dantas (1964), que sustenta ser esta palavra um nome forte e guerreiro, que, no vocabulário tapuia, significa “terreno, barranco,” e outra do historiador Manoel Neto, que o atribui à nação Kiriri, com o significado de “vale entre montes”.

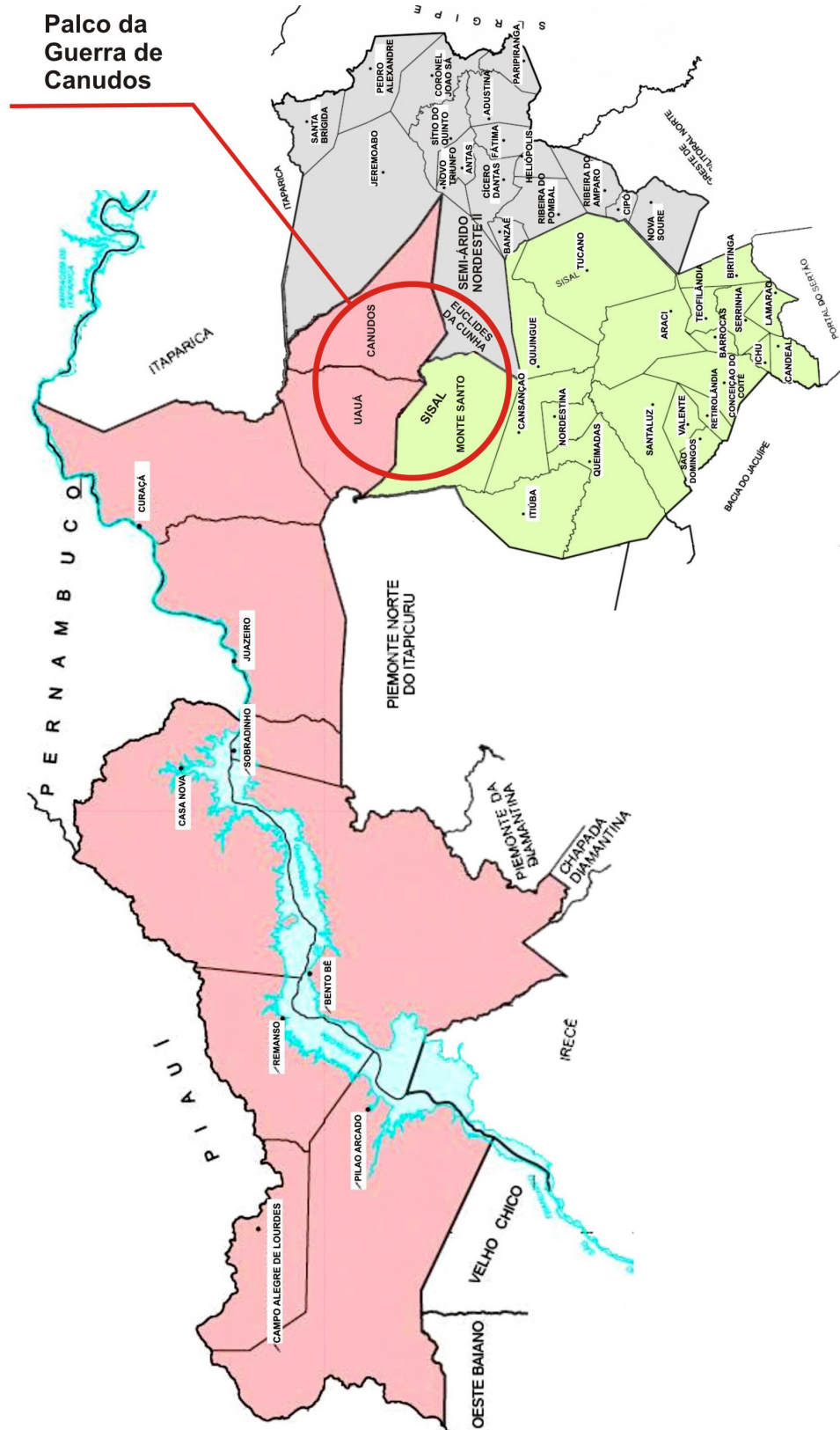


Figura 4 — Mapa da Identidade Cultural de Regiões do Palco da Guerra de Canudos

Fonte: Secult (2008).

no acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi encontrado por um menino, chamado Bernadino da Motta Botelho, junto ao rio Bendegó, afluente do rio Vaza-Barris.

Outro marco importante na simbologia desse distrito se refere ao fato de que, contíguo a seu aglomerado humano, repousa, ainda hoje, a Canudos Velha<sup>16</sup>, cujos resquícios da 1ª e da 2ª Canudos, foram submersos pelas águas do Açude de Cocorobó. Essa herança faz com que parte de seus moradores reivindique para o lugar o título de sucessora da sede municipal da tradicional Canudos. Também por ser o antigo entroncamento entre os municípios do palco da guerra, devido às suas extremidades cardeais: a ponta norte se destina ao Cumbe (Euclides da Cunha), a ponta sul para Macururé, a ponta leste para Jeremoabo e a oeste para Uauá. Todos circunscritos ao território baiano.

A dimensão territorial de Canudos é de 2.984,9 km<sup>2</sup>, abriga uma população de 17.256 habitantes (SEI, 2004), com uma densidade demográfica de 4,61 pessoas por km<sup>2</sup>. Seu Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é de 4.992,44, equivalente no ranking dos municípios baianos à posição de nº 139º. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – corresponde 0,589 ou o que o classifica como o 303º (centésimo trigésimo terceiro) município em um rol de 417 do Estado da Bahia. O Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) apresenta patamar de 4.989,14, ou a posição de 183º entre os municípios do Estado<sup>17</sup>. O Produto Interno Bruto (PIB) anual, segundo o IBGE, é de 231.626.288,40 e a renda per capita é de R\$ 2.398,26.

Na dimensão territorial pode-se verificar, a partir da simbologia, que a cidade representa para seus habitantes sua grandeza patrimonial, levando em conta seu começo, extinção e ressurgimento físico, pois foi erguida três vezes. A primeira Canudos, nascida em 1893, foi destruída com sal e fogo no final da guerra, em 1897, pelas tropas do Exército brasileiro. Sobre os escombros da primeira foi erguida a segunda Canudos, que seria depois submersa pelas águas do Açude de Cocorobó, onde hoje remanesce o povoado Canudos Velho. A terceira Canudos, a atual, está instalada a 13 quilômetros da Canudos anterior, em terras da antiga Fazenda Cocorobó ou Vila de Cocorobó, cuja população teima em chamá-la de Nova Canudos.

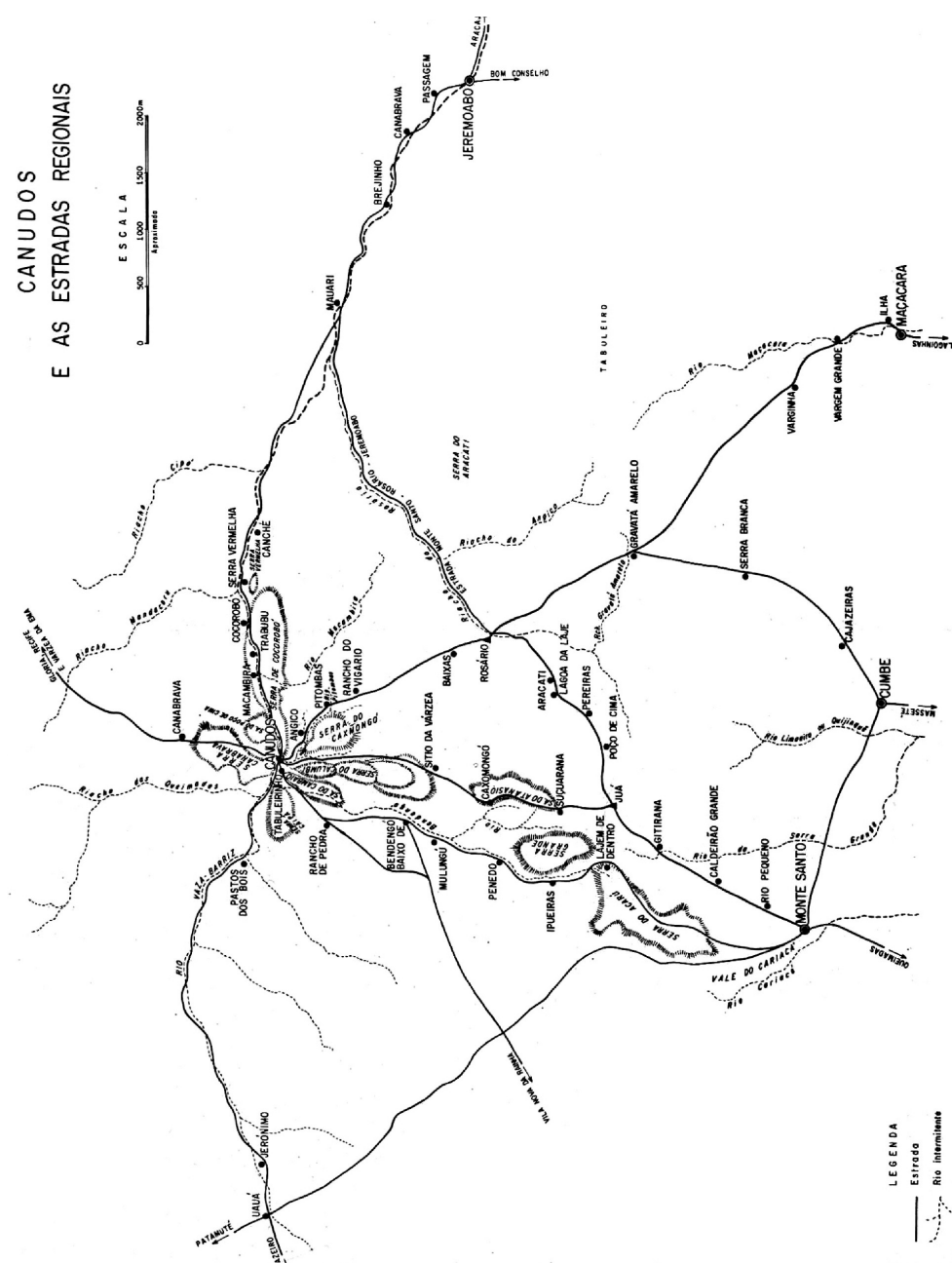
Do ponto de vista histórico, a descrição tomada como referência é a do livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha e, a dos estudos do CEEC/UNEB. A sede municipal, a

---

<sup>16</sup> Maneira grafada em placa de sinalização da BR—1116 Norte, identifica o lugar onde se situa o povoado com o topônimo de Alto Alegre, e não como referência à seqüência do surgimento e desaparecimento da Cidade de Canudos.

<sup>17</sup> Índices calculados e divulgados pela SEI/SEPLANTEC, 2004.

despite of being in the center of the semi-arid baiano and with an economy based on subsistence family, presents potential for tertiary activities, which can be treated notably through the matrix of tourism. In this perspective, it is coadjuvantes the agriculture and the pecuária, stimulated by the irrigation of the water source of the Açude de Cocorobó, considering also its possibilities of economic insertion in the context of Bahia, in a more expressive way, within a logistics road-railway, as it can be understood by the interpretive reading of Figure 5.



**Figura 5 — Mapa do Município de Canudos e das Estradas Regionais**  
Fonte: Boaventura (1997).

### 2.3.1 Potencialidades econômicas de Canudos

As potencialidades da economia do município de Canudos são amplas, como demonstram vários estudos reportados por Neiva (2002, p.103-113), citando Ribeiro (1997, p.10), ex-diretor do DNOCS/4ª DR e da CODEVASF, que as descreve como: fitofarmácia, caprinocultura, apicultura e piscicultura. Segundo esses autores, existem aproximadamente 9.000 hectares agricultáveis em condições de sustentar atividades econômicas como:

- a) produção de carne e pele de bode;
- b) produção de mel e derivados;
- c) peixes e derivados e
- d) plantas medicinais.

Destaca Neiva (2002, p.109) ainda que seja possível se produzir, em termos de mel, entre 3.000 a 5.000 toneladas por ano, representando um faturamento equivalente a US\$ 40 milhões, considerando que uma tonelada de mel custa US\$ 4 mil.

Com relação ao Açude, estudos feitos por Ribeiro (1997, p.12) indicam que o Açude de Cocorobó, com o volume de água estocada de 243 milhões de metros cúbicos, pode sustentar uma piscicultura à sua jusante para a produção de tilápias. A produção potencial equivale a 15 toneladas de peixe/hectare/ano. O mesmo açude, à montante, em caráter extensivo, poderia produzir peixes como: pescada-do-piauí, tucunaré, tilápia e outros.

De acordo com esses estudos, o conjunto das atividades econômicas, praticadas embrionariamente em Canudos, poderiam ser articuladas como cadeias produtivas no próprio município, a partir do Açude de Cocorobó, inclusive com instalação de indústrias de embarcações para a pesca e transporte de pescado, de rações para peixes, de processamento, além de uma perspectiva animadora pelo aumento das demandas internas e externa por esses produtos.

Outro recurso de grande potencialidade é a ocorrência de algarobeiras em área equivalente a mais de 2.000 hectares. Essa planta em Canudos pode vir a tornar-se um recurso econômico, ao se destinar sua floração para a produção do pólen que proporciona alimentação de abelhas e incrementa a apicultura, a produção de grãos para a composição de biomassa para a nutrição e alimentação humana e animal.

Além desses recursos potenciais, em Canudos existe a possibilidade de se ampliar, com barragens submersas — intervenções de subsuperfície —, a fim de

acumular água, protegida dos efeitos da evaporação. Sobre essas barragens, poder-se-ia cultivar cana-de-açúcar (cachaça nobre) e outras gramíneas de corte, ou forragem para animais nos períodos secos.

Outro fator interessante seria a elevação das potencialidades da caatinga, visando a ampliar a oferta de plantas úteis para caprinos, por meio de adensamento de plantas nativas úteis que, em solos mais adequados, se constituiriam em hortos de vicejamento, onde se faria o confinamento de plantas da própria caatinga, que serviria de pastagem para animais (mandacaru, palma, algaroba, macambira etc.). Haveria, como consequência direta, o incremento da população de animais como: abelhas, répteis, insetos, pássaros, teiús; e leguminosas em ramas, como: feijão branco, feijão de boi, jítirana, de alto valor protéico, como refere Neiva (2002, p.110).

Basicamente, buscar-se-ia a maximização das possibilidades agroeconômicas do Programa de Irrigação do Rio Vaza-Barris (PIVB), considerando-se os espaços socioeconômicos subutilizados na sociedade canudense. No entanto, a cadeia produtiva em Canudos, embora incipiente, apresenta-se com amplo potencial sobre o qual se permite vislumbrar o fomento de arranjos produtivos, como se pode depreender a partir da leitura do Quadro 1.

A piscicultura poderia ser apoiada pela cadeia alimentar, desenvolvida pelos subprodutos agrícolas ou industriais, ração balanceada e na perspectiva do desenvolvimento de arranjos produtivos locais (APLs). Os alimentos vegetais seriam constituídos de folhas de bananeira, caule e folhas de mandioca trituradas.

Os resíduos dos processos produtivos, desenvolvidos no perímetro irrigado do rio Vaza-Barris, além de outros de demais cultivos vegetais como: restos de verduras (tomate, abóbora algaroba, arroz, milho), provindos dos restos agrícolas do PIVB, poderiam se constituir em recursos produtivos orgânicos de larga aceitação.

É possível ainda fazer-se reserva de uma área de 20 hectares para produção de grãos, tubérculos e outros, em consorciação com a algaroba. Outras fontes poderiam ser: esterco de bode, de aves, de suínos, das proximidades do município de São Gonçalo dos Campos, a 300 km de Canudos. Todas essas possibilidades, porém, são aventadas no intuito de se compor uma cadeia produtiva interessante e atrativa para o morador local e o visitante.

Na caatinga canudense existem várias espécies de vegetais de uso medicinal, da família de fitoterápicos, formulados com base em plantas do próprio ecossistema e/ou cultivadas, ampliando-se assim iniciativas para a produção de chás de: alecrim,

Recursos produtivos quanto ao reino	Atividade econômica	Produto Básico	Produtos derivados	Arranjos produtivos locais
Animal	Caprinocultura	Leite de cabra	Queijo sertanejo ou curado (chevrotin, modeson) Queijo frescal Cremes Iogurte	Novos produtos e ou serviços criados conforme a capacidade de inovação dos talentos humanos e da cultura local.
		Carne	Carne-do-sol Defumados Visceras Embutidos Carne congelada e maturada  Couros Bolsas Cintos Alpercatas Sandálias Sapatos Cintos Carteiras Forros de estofados Assentos para cadeiras.	
		Peles		
	Piscicultura	Pescados	Peles de peixes Filetamento Rações (ossos) - farinha de peixe Peixe fresco e salgado	
	Apicultura		Mel Geléia real Balas Própolis Cera.	
Vegetal	1. Fitofarmácia		Infusões para chás, massagens e outros usos.	Criados conforme a capacidade de inovação dos talentos humanos e da cultura local.
	2. Plantas ornamentais		Ornamentos Remédios Xaxins Frutas	
	3. Horti-fruticultura		Temperos Plantas Decorativas	
Mineral	Pedrarias	Fragmentos de pedras artesanais e decorativas	Artesanatos litográficos	Criados conforme a capacidade de inovação dos talentos humanos e da cultura local.
	Arenosos	Fragmentos ou porções de arenosos e arenitos.	Artesanatos compostos com arenosos locais.	

**Quadro 1 — Recursos e Cadeia Produtiva Básicos em Canudos**

Fonte: Extraído e adaptado pelo autor de Neiva (2002, p.111-112).



alumã, angico, babosa, batata-de-purga, caatingueira de folha miúda, cordão-de-frade, fedegoso, craibeira, umburana, jatobá, juazeiro, jurubeba, mastruz, pau-de-colher, pau-ferro, pau-de-rato, pega-pinto, quebra-pedra, romã, sabugueiro, quixaba, umbuzeiro, velame, xique-xique, e outros.

No entanto, a exclusão socioeconômica em Canudos é fragrante, embora existam ofereça potencialidades no município capazes de modificar esse quadro. Neiva (2002, p.71), a esse respeito, como Neiva e Dias (1999, p.124) qualificam como severos os indicadores empíricos, por causa da matriz geradora e da fome crônica que atinge principalmente as crianças do município. Esses autores ainda advertem:

[...] o padrão de desenvolvimento pós-Açude Cocorobó, que já exhibe uma área de 700 hectares salinizados, significa uma agressão ambiental, a qual, obviamente, reforça um processo de empobrecimento alicerçado, também, na ausência de políticas públicas estruturantes. Essa ausência se reflete pela não implementação de uma política de desenvolvimento sustentável local, que leve em consideração as fragilidades locais, a potencialidade econômica, a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas e a infraestrutura, tendo como estratégia a organização da população voltada para a gestão adequada do seu modelo de desenvolvimento.

As considerações anteriores reforçam a necessidade de aplicação de planejamento de maneira transversal e inclusiva no sentido de poder alcançar o desenvolvimento almejado. O turismo é vertente interessante se planejado para alcançar sustentabilidade e eleger os recursos de Base Local como móvel da economia e a apropriação pela população nativa da riqueza gerada pela atividade. Na próxima seção, essas condições de possibilidades serão exploradas como base fundamental deste trabalho de pesquisa.